



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI UFRJ

REVISTA

ANO 1 • Nº 1
JUNHO DE 2026

TRADIÇÃO QUE INSPIRA. CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA.



A força da UFRJ que conecta
gerações e constrói o futuro.

MEMÓRIA

Histórias que
construíram
a Universidade

CIÊNCIA E INOVAÇÃO

O presente que
impulsiona o futuro

CONEXÕES

Alumni que inspiram
novas trajetórias



ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • INOVAÇÃO • IMPACTO SOCIAL

Conselho de Minerva e Alumni UFRJ a voz permanente dos antigos alunos da Universidade

A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 7 de setembro de 1920, reunindo escolas e faculdades que já eram referência em ensino e pesquisa.

Desde então a Universidade do Brasil, atual UFRJ, se tornou símbolo de excelência acadêmica, formação de líderes e produção de conhecimento que transforma realidades.



TRADIÇÃO QUE INSPIRA.

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA.

FUTURO QUE CONSTRUÍMOS JUNTOS.



— CONSELHO DE MINERVA —
ALUMNI UFRJ
— REVISTA —

A gênese das associações de antigos alunos se dá com a fundação, em 1932, da representação da Escola Politécnica, a experiente A³P. A seguir, em 1945, surge a da Medicina. Estas são seguidas por Enfermagem, Odontologia, Química, Educação Física, Comunicação e Direito

O vigor das atividades de cada uma delas sempre esteve ligado à realidade de cada momento, indo da robustez ao repouso, sem jamais obliterar a importância de sua destinação.

O Conselho de Minerva foi fundado em 15 de dezembro de 1999 e sua primeira Assembleia ocorreu em 19 de março de 2000, aglutinando todas as associações engajadas na intenção de glorificar os feitos da Universidade, que um dia acalentou e alicerçou os sonhos de todos aqueles que cruzaram o seu umbral.

Fiel a este ideário, nasce a Revista Alumni UFRJ, como espaço de encontro entre gerações de antigos alunos que levaram o nome da Universidade para os mais diversos campos do saber e da vida pública.

O Conselho de Minerva, prócer da tradição associativa dos Antigos Alunos da Universidade, tem a honrosa pretensão de dar voz a essa notável comunidade de mulheres e homens cuja qualificação, talento e dedicação continuam a produzir conhecimento, inovação e serviço à sociedade brasileira. Ao reunir suas memórias, reflexões, experiências e conquistas, esta publicação reafirma o compromisso permanente da UFRJ e de seus Eternos Alunos com a construção do futuro do Brasil.

Sebastião Amôedo

Sebastião Amôedo, Prof. Dr.

Presidente do Conselho de Minerva



UFRJ
1920 • 2020



Editor

Sebastião Amoêdo de Barros

<http://lattes.cnpq.br/9348394251309785>

Vice Editora

Angélica Fonseca da Silva Dias

<http://lattes.cnpq.br/8795875378897586>

Editor de Divulgação Científica

Eduardo Linhares Qualharini

<http://lattes.cnpq.br/2902782553995387>

Comitê de Produção Editorial

Arthur Chaitter

<http://lattes.cnpq.br/1155208076918113>

Carlos Luiz Dias

<http://lattes.cnpq.br/2515015755612508>

Maria José Patino Villamizar

<http://lattes.cnpq.br/3075142724783496>

Comitê Científico

Educação

Ana Ivenicki

<http://lattes.cnpq.br/7321869766889062>

Tecnologia da Informação

Angélica Fonseca da Silva Dias

<http://lattes.cnpq.br/8795875378897586>

Engenharia

Eduardo Linhares Qualharini

<http://lattes.cnpq.br/2902782553995387>

Gestão da Informação

Ilce Cavalcanti

<http://lattes.cnpq.br/6870272828559630>

Artes

José Dias

<http://lattes.cnpq.br/4045525480657588>

Direito

Paulo Horn

<http://lattes.cnpq.br/2337461202144797>

Medicina

José Marcus Raso Eulálio

<http://lattes.cnpq.br/3633530320022862>

A Revista Alumni UFRJ do Conselho de Minerva é um periódico de apoio científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Todas as obras publicadas estão catalogadas com as garantias da Convenção de Berna, ratificada no Brasil pelo Decreto presidencial nº 75.699, de 6 de maio de 1975. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. O uso de imagens — fotos, desenhos, mapas etc. — observa rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do Conselho de Minerva. Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição de espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.



CONSELHO DE MINERVA

www.conselhodeminerva.com.br

O Conselho de Minerva — *alumni UFRJ* — foi fundado em 15 de dezembro de 1999, com gênese nas Associações de Antigos Alunos da Universidade do Rio de Janeiro, mater da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuantes desde 1932. Sua primeira Assembleia ocorreu a 19 de março de 2000, certificando os primeiros Conselheiros Eméritos de Minerva.

Presidente de Honra:

Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Roberto Medronho

Vice-presidente de Honra:

Vice-reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Cássia Curan Turci

Diretoria:

- Sebastião Amoêdo de Barros, Presidente;
- Amélia Abigail Rosauro de Almeida, Vice-pres. Registros;
- Angélica Fonseca da Silva Dias, Vice-pres. Educação, Cultura e Desportos;
- Eduardo Linhares Qualharini, Vice-pres. Comunicação e Divulgação;
- Joaquim Welley Martins, Vice-pres. Jurídico;
- José Marcus Raso Eulálio, Vice-pres. Relações Internacionais;
- Rodrigo Almeida Cruz, Vice-pres. Finanças.

Comissão Fiscal:

- Heloi José Fernandes Moreira;
- Israel Blajberg;
- Jorge Teixeira;
- José Dias;
- Paulo Gustavo Portugal Prillwitz;
- Ricardo Salgado Martins.



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI UFRJ

REVISTA

ANO I

NÚMERO 1

Junho de 2026

SUMÁRIO



- | | | |
|---|---------------|---|
| 3 | Institucional | O Conselho de Minerva e a tradição dos Antigos Alunos da Universidade do Brasil |
|---|---------------|---|



- | | | |
|-----|---------------------|------------------|
| 6-7 | Inesquecível Mestra | Heloisa Teixeira |
|-----|---------------------|------------------|



- | | | |
|-----|-------------------------|----------------|
| 8-9 | Notáveis Antigos Alunos | André Rebouças |
|-----|-------------------------|----------------|



- | | | |
|-------|----------|---------------------|
| 10-11 | Educação | Crianças refugiadas |
|-------|----------|---------------------|



- | | | |
|-------|---------|----------------------------------|
| 12-13 | Memória | A Faculdade Nacional de Medicina |
|-------|---------|----------------------------------|

- | | | |
|-------|----------|--|
| 14-17 | Pesquisa | As Cornettes Brancas e a formação da enfermagem brasileira |
|-------|----------|--|

- | | | |
|-------|----------|-----------------------|
| 18-19 | Inclusão | Literatura para todos |
|-------|----------|-----------------------|

- | | | |
|-------|-------------|---|
| 20-21 | Pioneirismo | Mulheres que abriram caminhos na engenharia |
|-------|-------------|---|

- | | | |
|-------|------------|----------------------|
| 22-35 | Tecnologia | Inversão Geoacústica |
|-------|------------|----------------------|

- | | | |
|-------|-----------------|--|
| 26-34 | Dossiê Especial | José Dias. Cenografia: arte, técnica e linguagem |
|-------|-----------------|--|

- | | | |
|----|--------|-----------------------|
| 35 | Legado | Escola de Belas Artes |
|----|--------|-----------------------|

- | | | |
|----|----------------|---|
| 36 | Estante Alumni | Conhecimento produzido por Antigos Alunos |
|----|----------------|---|

- | | | |
|----|-------------------|----------|
| 37 | Lançamento Alumni | A Boa Fé |
|----|-------------------|----------|

- | | | |
|-------|---------------------------|--------------------------------------|
| 38-40 | Excelência que Transforma | Cooperação, competição e gamificação |
|-------|---------------------------|--------------------------------------|

- | | | |
|-------|--------|--|
| 41-47 | Gestão | Universidade, Coerência e Responsabilidade Pública |
|-------|--------|--|

- | | | |
|-------|---------------------|------------------------------------|
| 48-54 | Direito e Sociedade | Da proibição à regulação dos jogos |
|-------|---------------------|------------------------------------|

- | | | |
|-------|-----------------|--|
| 55-57 | Dossiê Especial | Computação aplicada e humanidades digitais no Brasil |
|-------|-----------------|--|

- | | | |
|----|---------------------|-----------------|
| 58 | Conselho de Minerva | Como participar |
|----|---------------------|-----------------|

- | | | |
|----|------------------|------------------------------|
| 59 | Grande Homenagem | Iate Clube do Rio de Janeiro |
|----|------------------|------------------------------|



*“A tradição que nos inspira.
O conhecimento que transforma.
O futuro que construímos juntos.”*



ALUMNI UFRJ

Revista do Conselho de Minerva –
Associação dos Antigos Alunos da
Universidade do Brasil / UFRJ

INESQUECÍVEL MESTRA

HELOISA TEIXEIRA

A intelectual que ajudou a reinventar o pensamento cultural brasileiro

Professora Emérita da UFRJ, crítica literária, ensaísta e pesquisadora, Heloisa Buarque de Hollanda Teixeira dedicou sua vida à universidade pública, à cultura e à formação de gerações. Sua obra ilumina caminhos para compreender o Brasil contemporâneo.

Poucas professoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro exerceram influência tão ampla sobre os estudos culturais, a crítica literária e o pensamento contemporâneo brasileiro quanto Heloisa Buarque de Hollanda Teixeira (1939–2025). Sua trajetória confunde-se com a própria história recente da universidade e com as transformações culturais do país.

Formada em Letras, dedicou-se ao estudo da literatura brasileira contemporânea, tornando-se referência nacional na análise da produção cultural, dos movimentos de vanguarda, da poesia marginal, das culturas periféricas e das novas tecnologias de comunicação.

Na Escola de Comunicação da UFRJ, construiu um espaço pioneiro para o debate interdisciplinar entre literatura, artes, comunicação e sociedade. Sua produção intelectual ampliou os horizontes da pesquisa universitária, incorporando temas até então marginalizados pela crítica tradicional.

Foi uma das primeiras a reconhecer a importância da “poesia marginal”, registrando e analisando manifestações artísticas fora dos grandes circuitos editoriais. Mais tarde, voltou-se para as culturas urbanas, os movimentos feministas, as identidades periféricas e as novas formas de produção cultural no ambiente digital.

Como professora, orientou dezenas de mestres e doutores e inspirou gerações com sua inteligência, generosidade e rigor intelectual.



A DEFENSORA DAS VOZES EMERGENTES

Heloisa Teixeira dedicou especial atenção à produção cultural de grupos historicamente pouco representados nos espaços acadêmicos. Sua obra abriu caminhos para estudos sobre gênero, diversidade, juventudes, culturas populares e novas formas de criação artística.

Foi também pioneira na valorização da presença feminina na produção intelectual brasileira, ampliando a visibilidade de escritoras, artistas e pesquisadoras no debate público nacional.

A CADEIRA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

O reconhecimento de sua extraordinária contribuição intelectual culminou com sua eleição para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Ao tomar posse, Heloisa tornou-se símbolo de renovação da Academia, fortalecendo o diálogo entre a tradição literária e as novas formas de produção cultural contemporânea.

Sua chegada à ABL foi celebrada por escritores, pesquisadores, artistas e ex-alunos como o reconhecimento de uma vida dedicada à cultura, ao ensino e à democratização do conhecimento.

“A universidade deve estar sempre atenta às novas vozes da sociedade, especialmente aquelas que historicamente permaneceram invisíveis.

— Heloisa Teixeira

O RECONHECIMENTO DO CONSELHO DE MINERVA

A admiração da comunidade acadêmica da UFRJ por Heloisa Teixeira encontrou expressão concreta em diversas homenagens promovidas pelo Conselho de Minerva, entidade que congrega antigos alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 2010, por ocasião das comemorações dos dez anos de fundação do Conselho de Minerva, Heloisa foi homenageada em cerimônia especial que reuniu professores, pesquisadores, ex-alunos e personalidades da cultura brasileira. Na ocasião, foi destacada sua contribuição para a renovação dos estudos literários e culturais no país, bem como sua permanente defesa da universidade pública, democrática e plural.

O reconhecimento repetiu-se em um dos momentos mais marcantes de sua trajetória institucional. Em 19 de março de 2025, poucos dias antes de seu falecimento, Heloisa Teixeira recebeu o Colar do Mérito Pedro, O Libertador, distinção concedida pela Congregação do Colar do Mérito Pedro, O Libertador, sob indicações do Conselho de Minerva, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à educação, à cultura e à sociedade brasileira.

A cerimônia revestiu-se de especial significado histórico e afetivo. Amigos, ex-alunos, colegas do magistério e representantes de diversas instituições culturais celebraram uma vida inteiramente dedicada ao conhecimento, à liberdade intelectual e à formação de novas gerações de brasileiros.

A homenagem assumiu, retrospectivamente, um caráter simbólico singular. Poucos dias depois, o Brasil perderia uma de suas mais influentes intelectuais. Permanece, contudo, sua obra, sua voz e o legado construído ao longo de décadas de dedicação à UFRJ e à cultura nacional.

Para o Conselho de Minerva, Heloisa Teixeira permanece como exemplo maior da missão universitária: produzir conhecimento, formar pessoas e contribuir para a construção de uma sociedade mais livre, democrática e inclusiva.



Heloisa Teixeira ao receber a Grande Homenagem do Conselho de Minerva em 2010.



Heloisa Teixeira foi a sexta ocupante da cadeira de número 30 da ABL fundada pelo contista Pedro Rabelo e como patrono o jornalista e romancista Pardal Mallet.

TRAJETÓRIA DE UMA VIDA DEDICADA À CULTURA



1939

Nasce no Rio de Janeiro.



1960–1970

Inicia carreira acadêmica e torna-se referência em literatura brasileira contemporânea.



1976

Publica estudos pioneiros sobre a poesia marginal brasileira.



1980–2000

Amplia pesquisa sobre cultura, comunicação, feminismo e novas mídias.



PROFESSORA

EMÉRITA DA UFRJ

Reconhecimento máximo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



2023

Eleita para a Academia Brasileira de Letras.



2025

Falece deixando um legado fundamental para a cultura brasileira.

ANDRÉ REBOUÇAS:

ENGENHEIRO DA PÁTRIA, ABOLICIONISTA E AMIGO DO IMPERADOR

Formado na Escola Central,
origem da Escola Politécnica da UFRJ,
destacou-se na engenharia,
na Guerra do Paraguai e na luta
pela abolição da escravidão.
Sua vida foi dedicada ao Brasil
e à construção de uma sociedade
mais justa e moderna.

André Pinto Rebouças (1838–1898) ocupa lugar singular na história do Brasil. Filho de uma família negra livre em uma sociedade ainda marcada pela escravidão, tornou-se um dos mais brilhantes engenheiros de sua geração, destacando-se na modernização da infraestrutura nacional, na defesa do país durante a Guerra do Paraguai e na luta pela abolição da escravidão. Sua trajetória está intimamente ligada à antiga Escola Central, posteriormente Escola Politécnica do Rio de Janeiro, instituição que integra a genealogia acadêmica da atual UFRJ.

DA BAHIA À CORTE: FORMAÇÃO DE UM JOVEM EXCEPCIONAL

Nascido em Cachoeira, na Bahia, em 13 de janeiro de 1838, André era filho do advogado e conselheiro Antônio Pereira Rebouças, uma das mais destacadas figuras negras do Império. Desde cedo, revelou sólida formação intelectual, sendo estimulado a valorizar o estudo, a disciplina e o serviço público.

Em 1854, ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, responsável pela formação de engenheiros civis e militares do país. Posteriormente, concluiu seus estudos na Escola Central, instituição que deu origem à futura Escola Politécnica, da qual destacou-se pelo excepcional desempenho em matemática, física, fortificações, hidráulica e construção civil.



André Rebouças por Rodolfo Bernadelli,
coleção Museu Histórico Nacional.

A ESCOLA CENTRAL / ESCOLA POLITÉCNICA: O berço de grandes engenheiros



Escola Central, litogravura de P.G. Bertichen (1857). Acervo Museu Imperial.

André Rebouças formou-se em 1862 na Escola Central, então referência máxima para a formação de engenheiros no Império. A sólida base científica e técnica que recebeu ali foi fundamental para sua brilhante atuação profissional e para o impacto duradouro de sua obra.

ENGENHEIRO DO IMPÉRIO, A SERVIÇO DO PROGRESSO

A formação recebida na Escola Central inseriu André Rebouças entre os mais qualificados engenheiros do Império. Seus trabalhos revelavam uma rara combinação de rigor técnico, visão econômica e preocupação social.

Ao retornar da expedição militar à Europa, dedicou-se ao desenvolvimento de projetos portuários, sistemas de abastecimento de água, ferrovias e saneamento urbano. Entre suas contribuições mais conhecidas destacou-se para os portos do Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Bahia, além de projetos relacionados à modernização das comunicações e dos transportes nacionais.

NA LINHA DE FRENTE: A GUERRA DO PARAGUAI (1864–1870)

Quando o Brasil foi chamado a defender suas fronteiras na Guerra do Paraguai, André Rebouças colocou seu conhecimento técnico a serviço da pátria.

Como engenheiro militar, atuou na construção de pontes, fortificações, trincheiras e estruturas logísticas essenciais ao movimento das tropas. Sua capacidade de resolver problemas complexos em condições adversas foi decisiva para o sucesso de diversas operações.



Engenheiros brasileiros durante a Guerra do Paraguai. A atuação técnica foi decisiva em condições desafiadoras.

VISÃO TÉCNICA, IMPACTO NACIONAL



Projeto do Porto do Rio de Janeiro, de autoria de André Rebouças. Seus estudos contribuíram para a modernização da infraestrutura do país.

“*Servi ao meu país com o que sei fazer melhor: engenharia. A pátria, possas, e para todos, a deve garantir liberdade e dignidade a cada um de seus filhos.*”

— André Rebouças

ABOLICIONISTA CONVICTO, PENSADOR DO FUTURO

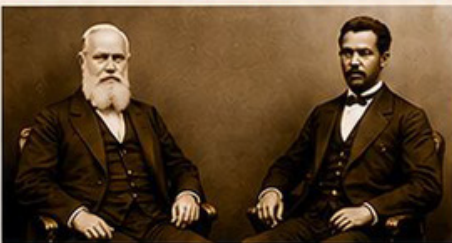
Convencido de que o progresso só seria possível com o fim da escravidão, Rebouças tornou-se uma das principais lideranças do movimento abolicionista.

Defendia que a liberdade deveria vir acompanhada de medidas concretas de inclusão econômica: acesso à terra, educação, trabalho e crédito para que os libertos pudessem construir autonomia.

Suas ideias antecipavam debates sobre justiça social e desenvolvimento sustentável.

Professor muito querido na Politécnica ficou desiludido quando seus alunos aderiram à República.

AMIZADE E CONFIANÇA: REBOUÇAS E A FAMÍLIA IMPERIAL



Dom Pedro II e André Rebouças: respeito mútuo e diálogo constante.

A amizade com Dom Pedro II e a Princesa Isabel foi profunda e baseada no respeito intelectual e compromisso com o Brasil.

Rebouças frequentava os círculos científicos da Corte, contribuía com projetos de modernização e atuava como conselheiro informal do Imperador.

A Princesa Isabel reconhecia nele um aliado incansável na causa da libertação dos escravizados.



Princesa Isabel: parceira na causa abolicionista.

EM SÍNTESE



1838

Nasce em Cachoeira, Bahia, em 13 de janeiro.



1854–1858

Estuda na Escola Militar na Escola Central (origem da Escola Politécnica).



1864–1870

Atua como engenheiro militar na Guerra do Paraguai.



1870–1888

Dedica-se à engenharia abolicionista e à defesa da inclusão dos libertos.



1888–1898

Acompanha a Família Imperial e no exílio e continua produzindo obras para o país.



1898

Falece em 9 de maio, na Ilha da Madeira, Portugal.



EDUCAÇÃO

Crianças refugiadas enfrentam desafios no acolhimento escolar

Pesquisa de docentes da UFRJ aponta obstáculos à inclusão e reforça a necessidade de escolas multiculturais



© UNHCR/Roger Arnold

A presença crescente de crianças refugiadas nas escolas brasileiras tem revelado desafios que vão muito além da matrícula e do acesso formal à educação. Questões relacionadas à adaptação cultural, ao idioma, à formação de professores e ao enfrentamento da discriminação fazem parte da realidade de milhares de estudantes que chegaram ao Brasil em busca de proteção internacional.

Esses temas são analisados no artigo “A Educação de crianças refugiadas: tendências na legislação e em pesquisas nacionais e internacionais”, publicado na revista *Ensaio: Avaliação e Políticas*.

O estudo foi desenvolvido por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ e examina a produção acadêmica nacional e internacional sobre educação de crianças refugiadas, publicada entre 2015 e 2025.

Os resultados mostram que o Brasil tem avançado na construção de políticas públicas de recepção e integração, especialmente após a promulgação da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), mas ainda enfrenta importantes desafios para garantir uma inclusão efetiva.



POLÍTICAS AVANÇAM, MAS DESAFIOS PERSISTEM

No Brasil, a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) representa um marco importante para o acolhimento de pessoas em situação de refúgio. No entanto, escolas ainda enfrentam dificuldades estruturais, falta de intérpretes, materiais pedagógicos específicos e ausência de formação adequada para atender estudantes refugiados.



AUTORES

Maicon Salvino Nunes de Almeida

Pós-doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação, Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em Educação pela UFRJ, bolsista de pós-Doutorado 10, FAPERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ana Ivenicki

Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição, pesquisadora sênior do CNPq. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



© UNHCR/Diego Ibarra Sánchez

Entre os aspectos observados, destaca-se a diferença entre a literatura brasileira e a internacional quanto à discussão da xenofobia. Enquanto pesquisas estrangeiras registram numerosos casos de discriminação contra estudantes refugiados, a produção acadêmica nacional aborda o tema com menor frequência. Essa diferença pode indicar tanto uma tradição brasileira de convivência multicultural quanto possíveis dificuldades em reconhecer e discutir situações de preconceito no ambiente escolar.

Quando chegam às escolas, muitas crianças refugiadas não encontram intérpretes de língua, materiais pedagógicos adequados ou programas específicos de acolhimento. Esses fatores dificultam a adaptação nos primeiros meses e comprometem seu desempenho escolar.

“

Mais do que garantir acesso à educação, trata-se de assegurar condições para que crianças refugiadas possam reconstruir suas trajetórias de vida em um ambiente seguro, inclusivo e acolhedor.



XENOFOBIA: UMA REALIDADE MAIS PRESENTE NO EXTERIOR

Enquanto a literatura internacional registra numerosos casos de discriminação e rejeição de crianças refugiadas no ambiente escolar, no Brasil o tema aparece com menor frequência nas pesquisas. Para os autores, isso pode indicar tanto uma tradição brasileira de convivência multicultural quanto possíveis silêncios sobre situações de preconceito.



NÚMEROS QUE PODEM SER MAIS QUE DADOS

Segundo o relatório Refúgio em Números (2025), mais de 17 mil crianças refugiadas vivem no Brasil. Ao chegar à escola, essas crianças enfrentam barreiras linguísticas e culturais e precisam se adaptar a um novo país, muitas vezes ainda lidando com traumas vividos em seus países de origem.



CAMINHOS PARA UMA ESCOLA QUE ACOLHE E TRANSFORMA

Os pesquisadores defendem a formação continuada de professores, o ensino de português como língua de acolhimento e políticas educacionais específicas e acolhedoras. O objetivo é construir escolas multiculturais que valorizem as diferenças e garantam o direito à educação de todas as crianças, brasileiras e refugiadas.



PARA LER O ARTIGO

ALMEIDA, Maicon Salvino Nunes de; IVENICKI, Ana. A Educação de crianças refugiadas: tendências na legislação e em pesquisas nacionais e internacionais. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 45, n. 4, 2026.
Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362026004500004>



A UFRJ produz conhecimento que transforma realidades e contribui para políticas públicas mais justas, humanas e inclusivas. **Ciência, educação e compromisso social:** este é o legado que nos conecta.



A Faculdade de Medicina da UFRJ: 200 anos formando a ciência e a saúde do Brasil

Por adaptação da conferência do Prof. Dr. José Marcus Raso Eulálio
ao Conselho de Minerva (2008)

Poucas instituições de ensino superior no Brasil possuem uma trajetória tão intimamente ligada à construção do país quanto a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua história confunde-se com a própria formação do Estado brasileiro, da ciência nacional e da assistência à saúde pública.

Fundada em 1808, poucos meses após a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, a então Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia representou um marco civilizatório. Pela primeira vez, era possível formar médicos em território brasileiro, rompendo a dependência exclusiva da Universidade de Coimbra. A iniciativa teve papel decisivo do médico pernambucano José Correia Picanço, futuro Barão de Goiana, considerado um dos principais responsáveis pela criação das primeiras escolas médicas do Brasil.



Chegada da Família Real ao Rio de Janeiro – 1808

UMA TRAJETÓRIA QUE COMEÇOU HÁ 200 ANOS

1808	1813	1832	1920	1937	1965	2008
Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia	Academia Médico-Cirúrgica	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro	Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Bicentenário: 200 anos de história, ciência e compromisso com o Brasil
						
Hospital Militar do Morro do Castelo (século XIX)	Santa Casa de Misericórdia, na praia de Santa Luzia. Pieter Godfred Bertichen. Acervo Biblioteca Nacional.	Faculdade de Medicina da Praia Vermelha – 1918	Vital histórico (atual CCS – Fundão)	Centro de Ciências da Saúde Ilha do Fundão – atual		



**200 ANOS DE HISTÓRIA,
CIÊNCIA E COMPROMISSO
COM A SAÚDE DO BRASIL**



Dos primeiros passos ao ensino científico no Brasil

Nos primeiros anos, a escola funcionou junto ao Hospital Militar instalado no antigo complexo jesuítico do Morro do Castelo. A formação médica ainda refletia as estruturas herdadas do período colonial, quando coexistiam físicos, cirurgiões diplomados e os chamados cirurgiões-barbeiros, responsáveis por sangrias, ventosas e procedimentos considerados menores. A criação da escola inaugurou uma nova etapa de profissionalização da medicina brasileira.

A atuação dos “cirurgiões” estava restrita à realização de sangrias, à aplicação de ventosas, à cura de feridas e de fraturas, sendo-lhes vetada a administração de remédios internos, privilégio dos médicos formados em Coimbra. Essa realidade começou a mudar com a chegada da Corte e a instalação da Escola.



José Correia Picanço (Barão de Goiana) 1745–1823

Médico, cirurgião e educador visionário, foi o fundador das primeiras escolas médicas do Brasil.

- Licenciado em cirurgia em Lisboa
- “Officier de Santé” em Paris
- Doutor em Montpellier
- Cirurgião-mor das forças armadas e primeiro médico da Casa Real
- Veio ao Brasil com D. João VI e fundou as duas escolas médicas
- Realizou a primeira cesariana no Brasil (1817)
- Faleceu em 1823

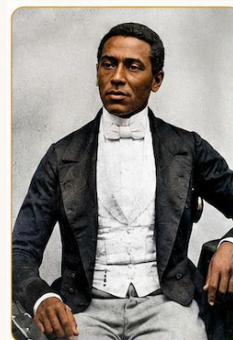
“Sem lues não pode haver prosperidade, nem felicidade, nem força, nem duração” nos Estados.”

José Correia Picanço

Da Academia Médico-Cirúrgica à Faculdade de Medicina

Em 1813, a instituição transformou-se em Academia Médico-Cirúrgica, ampliando seu currículo e consolidando o ensino científico. Nesse período, destacaram-se professores dedicados e reformas importantes:

- 1820 – Novos estatutos (José Maria Bontempo)
- 1826 – Diretores passam a outorgar cartas de doutor e a formar cirurgiões
- 1827 – Início das aulas práticas no Hospital Militar
- 1829 – Fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (Academia Imperial de Medicina)
- José Lino Coutinho apresenta projeto sobre saúde pública, defendendo a elevação das academias à condição de Faculdades de Medicina



José Maurício Nunes Garcia Júnior

José Maurício Nunes Garcia Júnior, músico como o famoso pai, foi Lente da Academia Médico-Cirúrgica e autor do primeiro Tratado de Anatomia escrito no Brasil.

Pioneirismo e inclusão: as mulheres na história da medicina brasileira

A reforma de 1879, concluída por Lacordá de Carvalho, aboliu a exigência de juramento religioso e abriu as portas da medicina às mulheres.

Três nomes se destacam nessa conquista:



Maria Augusta
Generosa Estrela

Graduou-se nos Estados Unidos e voltou ao diploma no Brasil, sendo a primeira mulher com diploma médico.



Rita Lobato
Velho Lopes

A primeira mulher a se graduar em medicina no Brasil.



Ermelinda Lopes de
Vasconcelos

Pioneira da obstetria e símbolo de superação.

“A medicina não tem sexo. Tem ciência, tem estudo, tem vocação e tem amor ao próximo.”

Ermelinda Lopes de Vasconcelos

A Universidade do Rio de Janeiro e a consolidação da Faculdade

Em 7 de setembro de 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira universidade organizada do país. A Faculdade de Medicina foi uma de suas instituições fundadoras.

Em 1918, inaugurou-se o imponente edifício da Praia Vermelha, símbolo das aspirações científicas da República.

Entre seus alunos e professores, nomes que marcaram o Brasil:

- A** Oswaldo Cruz – sanitarista e cientista
- B** Carlos Chagas – médico e pesquisador
- C** Miguel Couto – médico e educador
- D** Edgard Roquette-Pinto – médico, antropólogo e educador
- E** José do Patrocínio – jornalista e abolicionista
- F** Noel Rosa – compositor e ex-aluno de medicina



Hospital Universitário Clementino Fraga Filho



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI UFRJ

REVISTA

CORNETTES BRANCAS SOBRE O HÁBITO AZUL

A presença vicentina no Hospital Central do
Exército e a tessitura do cuidado integral
de 1868 a 1994



AMÉLIA ABIGAIL ROSAURO DE ALMEIDA

Mestranda IBQM/UFRJ

CARLOS LUIZ DIAS

Mestre EEAP/UNIRIO

MARGARIDA MARIA ROCHA BERNARDES

Profa. Dra. ESC

SEBASTIÃO AMOÊDO DE BARROS

Prof. Dr. UFRJ



Entre enfermeiras, capela, música sacra e serviço silencioso, as Irmãs de Caridade construíram no Hospital Central do Exército uma tradição de assistência que unia técnica, ternura e transcendência.



Este artigo foi originalmente publicado como *Post Scriptum* da obra *Madres da Pátria*, de Sebastião Amoêdo de Barros, sendo aqui reproduzido em versão adaptada para a Revista Alumni UFRJ.

A herança de São Vicente de Paulo

A Congregação das Filhas da Caridade foi fundada na França, em 1633, por São Vicente de Paulo e Santa Luisa de Marillac. Diferentemente das ordens religiosas enclausuradas da época, suas integrantes foram chamadas a viver no mundo, junto aos pobres, enfermos e abandonados.

São Vicente de Paulo afirmava que:

“Os pobres são nossos senhores e mestres.”

A máxima tornou-se fundamento de uma espiritualidade voltada para a ação concreta. As irmãs deveriam enxergar em cada enfermo a própria figura de Cristo sofredor.

Ao longo dos séculos, a congregação difundiu-se pelos cinco continentes, chegando ao Brasil ainda no período imperial. Aqui, rapidamente assumiu responsabilidades em hospitais, asilos, escolas e obras assistenciais, tornando-se uma das mais influentes instituições de caridade da história nacional.



*São Vicente de Paulo
e Santa Luisa de Marillac,
fundadores da Congregação
das Filhas da Caridade.*



DOCUMENTO HISTÓRICO

A presença das Filhas da Caridade no Hospital Central do Exército constituiu uma das mais duradouras experiências de integração entre assistência hospitalar, espiritualidade e formação humanística da saúde no Brasil.

A chegada ao Hospital Militar

Em meados do século XIX, o Exército Brasileiro buscava modernizar seus serviços de saúde. A experiência europeia demonstrava que a presença de religiosas especializadas na assistência hospitalar contribuía significativamente para a recuperação dos pacientes e para a organização das enfermarias.

Foi nesse contexto que as Filhas da Caridade passaram a atuar no Hospital Militar da Corte, antecedente do atual Hospital Central do Exército.

A partir de 1868, consolidou-se uma presença permanente das irmãs na instituição. Durante décadas elas desempenharam funções que hoje seriam atribuídas a equipes multidisciplinares: enfermagem, administração hospitalar, nutrição, assistência social e acompanhamento espiritual.



Enfermaria do Hospital Militar da Corte, final do século XIX.

O cuidado que não dormia

Uma das descrições mais comoventes dessa presença foi publicada pelo jornal *A Noite*, em 24 de fevereiro de 1948, na reportagem intitulada “As Almas Brancas das Irmãs de Caridade”.

O texto descreve a rotina silenciosa das religiosas durante a madrugada. Enquanto a cidade dormia, elas percorriam enfermarias, verificavam pacientes, administravam medicamentos, confortavam os aflitos e rezavam pelos moribundos.

A matéria retrata especialmente a figura da Irmã Gabriela, cuja dedicação simbolizava o espírito de todas as Cornettes Brancas.

Música, oração e cura

A reportagem de 1948 também registra um aspecto pouco conhecido da vida hospitalar: a música.

Entre as religiosas destacava-se a Irmã Margarida Maria, organista responsável pelas celebrações litúrgicas realizadas na capela do hospital.

A música sacra desempenhava importante função terapêutica antes mesmo do desenvolvimento contemporâneo da musicoterapia. Para muitos pacientes, especialmente aqueles submetidos a longos períodos de internação, os acordes do órgão e os cânticos religiosos representavam momentos de conforto emocional.

A capela tornava-se um espaço de encontro entre fé e medicina.

Ali conviviam oficiais-generais, soldados, médicos, enfermeiros, familiares e pacientes, unidos pela consciência de que a recuperação humana envolve dimensões físicas, psicológicas e espirituais.



*Irmã Gabriela Trindade,
homenagem no HCEx.*



*Irmã Margarida Maria
ao órgão da capela.*



*Capela de Nossa Senhora das Graças
no Hospital Central do Exército.*

Literatura para todos: um compromisso com a inclusão

Adaptação para a Revista Alumni UFRJ

Baseado em artigo de Célia Sousa publicado no Diário de Leiria, Portugal, em 24 de abril de 2026.

Abril reúne datas que celebram o livro, a leitura e a inclusão. O Dia Internacional do Livro Infantil, o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo e o Dia Mundial do Livro convidam à reflexão sobre um direito fundamental: o acesso à leitura. Contudo, permanece uma pergunta incômoda: se a literatura é para todos, por que ainda não chega a todas as crianças?

Ler é muito mais do que decifrar palavras. A leitura participa da formação da identidade, amplia horizontes culturais, fortalece vínculos sociais e estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional. Por meio dos livros, crianças descobrem novos mundos, exercitam a imaginação e constroem pontes para compreender o outro e a si mesmas.

Entretanto, milhões de crianças ainda encontram barreiras para exercer plenamente esse direito. Crianças cegas, surdas, com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista ou outras necessidades específicas frequentemente deparam-se com materiais inadequados ou inacessíveis. Em muitos casos, a exclusão não decorre de suas limitações, mas da ausência de recursos que lhes permitam participar plenamente do universo da leitura.

Nas últimas décadas, surgiram importantes iniciativas voltadas à democratização do acesso ao livro. Publicações multiformato reúnem texto ampliado, braille, ilustrações táteis, pictogramas e recursos digitais acessíveis por meio de QR Codes. Audiolivros, videolivros em Língua de Sinais e contações com audiodescrição demonstram que a tecnologia pode ser uma poderosa aliada da inclusão.



Enquanto houver crianças excluídas do universo da leitura, a celebração do livro permanecerá incompleta. Tornar a literatura verdadeiramente universal é uma tarefa coletiva que envolve educadores, famílias, governos, editoras, universidades e toda a sociedade.

Ainda assim, tais experiências permanecem restritas quando deveriam integrar naturalmente bibliotecas, escolas, editoras e políticas públicas. Em uma sociedade que se pretende inclusiva, o acesso à cultura escrita não pode ser tratado como privilégio de alguns, mas como um direito universal.

Universidades têm papel decisivo nesse processo. Instituições como a UFRJ, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuem para a construção de soluções que ampliem a acessibilidade educacional e cultural. O desenvolvimento de tecnologias assistivas, metodologias inclusivas e projetos de democratização da leitura demonstra como a produção acadêmica pode gerar impacto social concreto.

“Inclusão não se resume a discursos ou datas comemorativas; exige investimento, compromisso institucional e ação contínua.”

Boas práticas que transformam realidades

Diversas iniciativas inspiradoras mostram que a inclusão pela leitura é possível:

- Produção de livros acessíveis em múltiplos formatos.
- Formação de mediadores de leitura para públicos diversos.
- Parcerias entre escolas, universidades e organizações da sociedade civil.
- Uso de tecnologias assistivas e recursos digitais.
- Políticas públicas que garantam distribuição e acesso a materiais inclusivos.

Cada ação, por menor que pareça, pode abrir portas para um futuro mais justo e igualitário.



Audiolivros, Libras e recursos digitais ampliam o acesso e promovem a autonomia na leitura.

CRÉDITO EDITORIAL

Texto adaptado de artigo de Célia Sousa, coordenadora do Centro de Recursos para Inclusão Digital do Instituto Politécnico de Leiria e investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Publicado originalmente no jornal *Diário de Leiria*, Portugal, em 24 de abril de 2026, sob o título “Se a literatura é para todos, por que não chega a todas as crianças?”. Versão adaptada para a Revista Alumni UFRJ.

Fonte original: *Diário de Leiria* (Portugal), edição de 24 de abril de 2026, p. 15.

Ainda assim, tais experiências permanecem restritas quando deveriam integrar naturalmente bibliotecas, escolas, editoras e políticas públicas. Em uma sociedade que se pretende inclusiva, o acesso à cultura escrita não pode ser tratado como privilégio de alguns, mas como um direito universal.

Universidades têm papel decisivo nesse processo. Instituições como a UFRJ, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuem para a construção de soluções que ampliem a acessibilidade educacional e cultural. O desenvolvimento de tecnologias assistivas, metodologias inclusivas e projetos de democratização da leitura demonstra como a produção acadêmica pode gerar impacto social concreto.

“

Inclusão não se resume a discursos ou datas comemorativas; exige investimento, compromisso institucional e ação contínua. ”

Celebrar o livro só faz sentido quando todas as crianças conseguem abrir suas páginas e reconhecer-se nelas. Inclusão não se resume a discursos ou datas comemorativas; exige investimento, compromisso institucional e ação contínua. O verdadeiro desafio não é apenas produzir conhecimento, mas garantir que ele seja acessível a todos.

Enquanto houver crianças excluídas do universo da leitura, a celebração do livro permanecerá incompleta. Tornar a literatura verdadeiramente universal é uma tarefa coletiva que envolve educadores, famílias, governos, editoras, universidades e toda a sociedade.

Boas práticas que transformam realidades

Diversas iniciativas inspiradoras mostram que a inclusão pela leitura é possível:

- Produção de livros acessíveis em múltiplos formatos.
- Formação de mediadores de leitura para públicos diversos.
- Parcerias entre escolas, universidades e organizações da sociedade civil.
- Uso de tecnologias assistivas e recursos digitais.
- Políticas públicas que garantam distribuição e acesso a materiais inclusivos.

Cada ação, por menor que pareça, pode abrir portas para um futuro mais justo e igualitário.



Audiolivros, Libras e recursos digitais ampliam o acesso e promovem a autonomia na leitura.

CRÉDITO EDITORIAL



Texto adaptado de artigo de Célia Sousa, coordenadora do Centro de Recursos para Inclusão Digital do Instituto Politécnico de Leiria e investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

Publicado originalmente no jornal *Diário de Leiria*, Portugal, em 24 de abril de 2026, sob o título “Se a literatura é para todos, porque não chega a todas as crianças?”.

Versão adaptada para a Revista Alumni UFRJ.

Fonte original: *Diário de Leiria* (Portugal), edição de 24 de abril de 2026, p. 15.



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI UFRJ
REVISTA

O PIONEIRISMO FEMININO NA ENGENHARIA BRASILEIRA:

um legado da Escola Politécnica que chegou à UFRJ

Em 1914, Edwiges Maria Becker foi além do seu tempo ao inscrever-se para os exames de admissão à Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Sua coragem abriu caminhos para gerações de mulheres na engenharia e faz parte da história da nossa Universidade.

Em fevereiro de 1914, uma jovem carioca de apenas 17 anos cruzou os portões da então Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, instalada no Largo de São Francisco de Paula. Seu nome era Edwiges Maria Becker. Ao solicitar matrícula para os exames de admissão, ela dava um passo que ultrapassava sua trajetória pessoal; inaugurava um novo capítulo na história da engenharia brasileira e da participação feminina no ensino superior.

Naquele início do século XX, a presença de mulheres em cursos de engenharia era vista como uma exceção. Embora o acesso feminino ao ensino superior já fosse legalmente permitido, o ambiente acadêmico permanecia fortemente masculino. As poucas alunas existentes ocupavam lugares separados em sala de aula e enfrentavam preconceitos sociais e profissionais que hoje parecem distantes, mas que marcaram profundamente suas trajetórias.



Escola Polytechnica do Rio de Janeiro – c. 1910.

MULHERES QUE ABRIRAM CAMINHOS

Edwiges não estava sozinha nessa transformação. Annita Dubugras, Iracema da Nóbrega Dias e Maria Esther Corrêa Ramalho também integraram o pequeno grupo de mulheres que ousaram ingressar na engenharia em uma época de enormes barreiras culturais. Juntas, abriram caminhos para gerações futuras de engenheiras brasileiras.

Em 1920, Edwiges Becker e Annita Dubugras tornaram-se as primeiras mulheres a colar grau em engenharia no Brasil. A conquista ocorreu poucos meses antes da criação da Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 7 de setembro de 1920 a partir da reunião da Escola Polytechnica, da Faculdade de Medicina e das Faculdades de Direito. Dessa forma, o pioneirismo feminino na engenharia está intimamente ligado às origens da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.



EDWIGES MARIA BECKER:

a primeira engenheira do Brasil

- Edwiges Maria Becker nasceu no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1896.
- Realizou os exames de admissão para a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em fevereiro de 1914, tendo então iniciado o seu curso de engenharia civil.
- Em 20 de abril de 1917, o Prof. Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida propôs à Congregação da Escola a criação de um cargo de “auxiliar de ensino prático” (hoje equivalente à monitora) para as aulas de Topografia. Tendo sido aprovado, indicou o nome da aluna Edwiges Maria Becker para exercê-lo. Foi então a primeira “auxiliar de ensino” de engenharia no Brasil. Exerceu essa função entre abril de 1917 e dezembro de 1919.
- Em 18 de abril de 1918 obteve o título de Engenheira Geógrafo, tornando-se então a primeira mulher a obter o grau de engenheira no Brasil.
- Colou grau de Engenharia Civil na Escola Polytechnica em 24 de abril de 1920, ano em que seria criada, em 7 de setembro, a Universidade do Rio de Janeiro. Tornou-se assim a primeira Engenheira Civil brasileira.[1]
- Após a formatura o Professor José Mattoso Sampaio Corrêa, então deputado, apresentou-a ao Ministro da Viação, quando foi convidada para trabalhar na Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais do mesmo Ministério, aí permanecendo até a aposentadoria.
- Em 23 de junho de 1923 casou-se com o engenheiro civil Augusto Hor-Meyll Álvarez, formado na turma de 1909. Assumiu então o nome de Edwiges Becker Hor-Meyll.
- Edwiges Becker Hor-Meyll faleceu em janeiro de 1989.

[1] Nesse mesmo ano, Anita Dubugras obteve o grau de Engenheira Industrial pela Escola Polytechnica.

Fonte: Prof. Heloi Moreira



Edwiges Maria Becker (1896-1989)

*Revista da Semana,
edição de 27 de abril de 1918.*



Fotografia da Turma de Engenheiros Geógrafos (1917) publicada pela Revista da Semana. Ao centro, o Paraninfo Prof. Aarão Reis e à sua esquerda Edwiges Maria Becker.



TRADIÇÃO QUE INSPIRA.
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA.
FUTURO QUE CONSTRUÍMOS JUNTOS.

20 ANOS

UFRJ
1920 • 2020



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI
REVISTA

UFRJ

PESQUISA UFRJ

INVERSÃO GEOACÚSTICA, E LOCALIZAÇÃO PASSIVA COM ARRAY CURTO E FONTE DE BANDA LARGA

Como a COPPE-UFRJ utiliza acústica submarina e inteligência computacional para desvendar os segredos do oceano

 Lussac Prestes Maia

CASOP / COPPE-UFRJ

Centro de Tecnologia – Bloco I,
Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ
lpmaia@peno.coppe.ufrj.br

 Jean-Pierre Hermand

Université Libre de Bruxelles

Av. Franklin D. Roosevelt, 50
CP194/05, 1050 Bruxelles, Belgium
jhermand@ulb.ac.be

 Carlos Eduardo Parente Ribeiro

COPPE-UFRJ

Centro de Tecnologia – Bloco I,
Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ
parente@peno.coppe.ufrj.br



Este estudo desenvolvido na COPPE-UFRJ, em parceria internacional, apresenta uma técnica avançada para a caracterização do fundo marinho a partir de modelo de propagação acústica na água, combinando física, processamento de sinal e otimização por algoritmo genético.

Os resultados demonstram que o método provê boa capacidade de levantamento de parâmetros físicos da área sondada, tendo emprego em aplicações de ciência, indústria e defesa.

POR QUE ISSO IMPORTA?



Exploração oceânica



Monitoramento ambiental



Instalação de cabos submarinos



Engenharia offshore



Segurança da navegação



Sistemas de defesa marítima



Localização passiva de fontes sonoras



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI
REVISTA

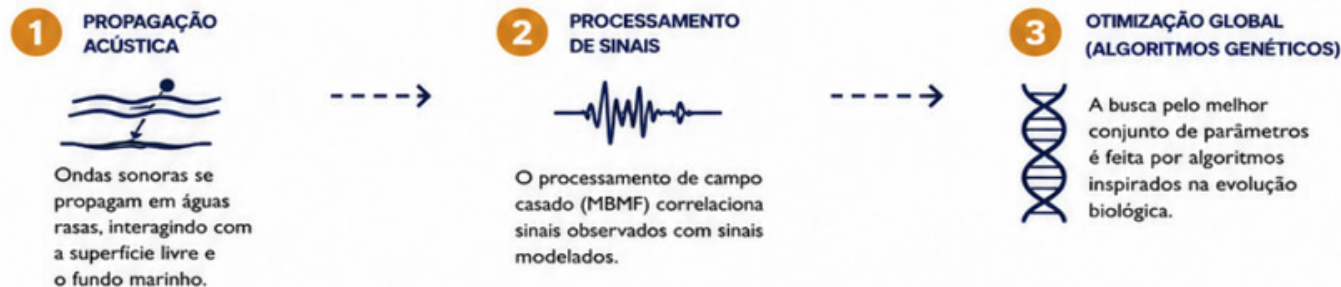
UFRJ

Pesquisas que transformam o Brasil.

22

FÍSICA, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO TRABALHANDO JUNTAS

A base científica do estudo combina três áreas fundamentais: acústica submarina, processamento de sinais e otimização computacional.

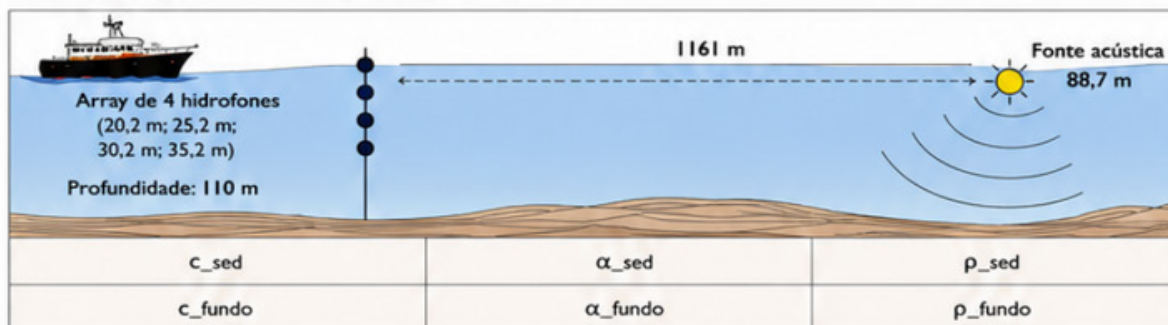


COMO FUNCIONA A INVERSÃO GEOACÚSTICA

Do sinal observado à estimativa dos parâmetros do fundo



GEOMETRIA DO EXPERIMENTO MREA / BP'07



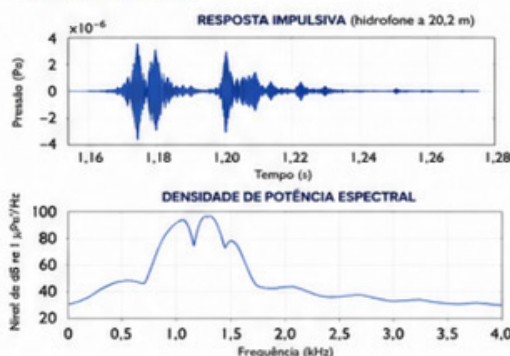
i O modelo considera um fundo marinho de duas camadas: sedimentos sobre rocha. Os parâmetros a serem estimados são: velocidade (c), atenuação (α) e densidade (ρ).

O EXPERIMENTO NO MEDITERRÂNEO

Os dados foram coletados em abril de 2007, ao sudeste da ilha de Elba, na costa da Itália, durante a campanha MREA / BP'07. Uma fonte acústica de banda larga foi utilizada juntamente com um array vertical curto de quatro hidrofones, a 1161 metros da fonte, em profundidade de 110 metros.



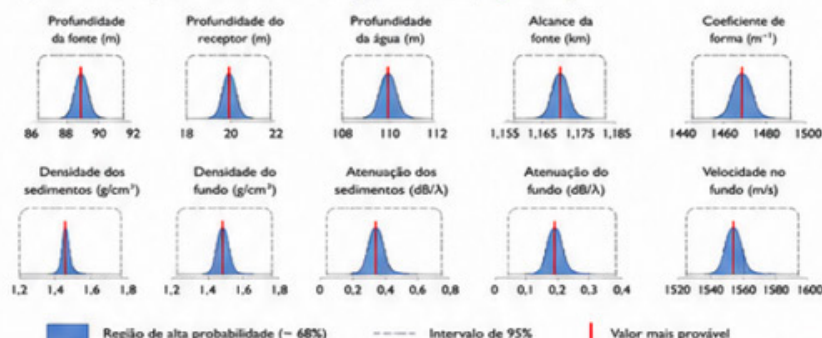
SINAIS OBTIDOS



A fonte de banda larga permite obter respostas com alta resolução temporal e ampla cobertura espectral, fundamentais para a inversão.

RESULTADOS: DENSIDADES DE PROBABILIDADE A POSTERIORI DOS PARÂMETROS INVERTIDOS

A técnica MBMF combinada com Algoritmos Genéticos gera as densidades de probabilidade a posteriori (PPD) dos parâmetros geoacústicos. Os gráficos mostram os valores mais prováveis (linha vermelha) e os intervalos de maior probabilidade (região azul).



APLICAÇÕES E IMPACTO

- DEFESA MARÍTIMA**
Localização passiva de fontes sonoras e consciência situacional.
- ENGENHARIA OFFSHORE**
Suporte ao projeto de instalações, dutos e cabos submarinos.
- MONITORAMENTO AMBIENTAL**
Acompanhamento de sons biológicos e antropogênicos no oceano.
- EXPLORAÇÃO OCEÂNICA**
Levantamento de parâmetros do fundo para planejamento e pesquisa.

CRÉDITOS

Projeto: Ocean Acoustic Exploration (OAE) | Instituições participantes: COPPE-UFRJ, Université Libre de Bruxelles, Universidade do Algarve (UAlg), Instituto Hidrográfico (IH-POR), Royal Netherlands Naval College (RNLNC) e NATO Underwater Research Centre (NURC).

A COPPE-UFRJ reafirma sua liderança em pesquisa oceânica avançada, integrando física, matemática, computação e engenharia para ampliar o conhecimento do ambiente submarino e impulsionar o desenvolvimento tecnológico do país.

AUTORES DO ARTIGO ORIGINAL
Luísac Prestes Maia, Jean-Pierre Hermand e Carlos Eduardo Parente Ribeiro.

O EXPERIMENTO NO MEDITERRÂNEO

Os dados foram coletados em abril de 2007, ao sudeste da Ilha de Elba, na costa da Itália, durante a campanha MREA / BP'07. Uma fonte acústica de banda larga foi utilizada juntamente com um array vertical curto de quatro hidrofones, a 1161 metros da fonte, em profundidade de 110 metros.

LOCALIZAÇÃO DO EXPERIMENTO



CONFIGURAÇÃO PRINCIPAL



Profundidade da água: 110 m



Distância fonte-array: 1161 m



Fonte acústica: 88,7 m



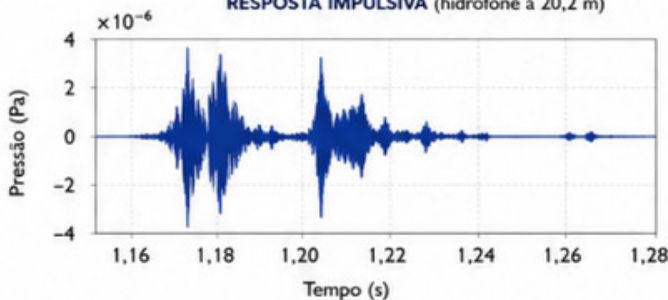
4 hidrofones verticais:
20,2 m | 25,2 m | 30,2 m | 35,2 m



Faixa de frequência da fonte:
850 a 1550 Hz

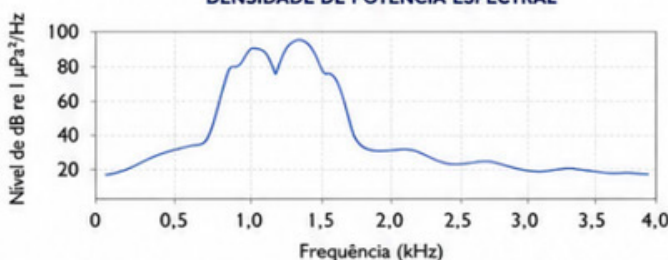
SINAIS OBTIDOS

RESPOSTA IMPULSIVA (hidrofone a 20,2 m)

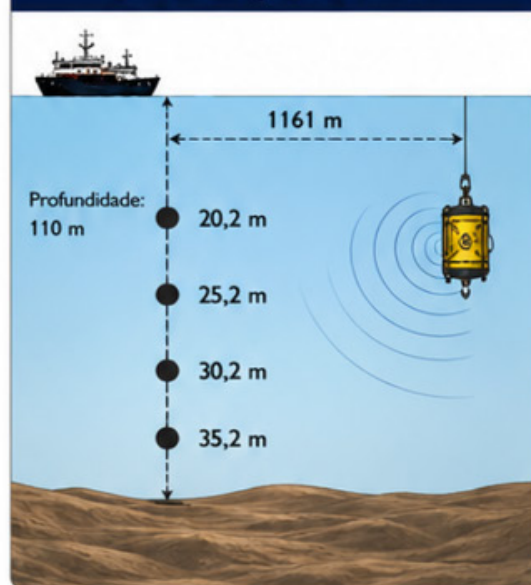


A fonte de banda larga permite obter respostas com alta resolução temporal e ampla cobertura espectral, fundamentais para a inversão.

DENSIDADE DE POTÊNCIA ESPECTRAL



CONFIGURAÇÃO DO ARRAY



A CAMPANHA MREA / BP'07

Realizada a bordo do navio de pesquisa italiano Urania, a campanha MREA integra o programa internacional Brevity Propagation (BP), que investiga a propagação acústica em ambientes marinhos complexos.



A REGIÃO DE ELBA

A Ilha de Elba está localizada em uma área com relevo submarino acidentado e variações geoacústicas significativas, características que desafiam métodos convencionais e tornam o ambiente ideal para validação de novas técnicas.

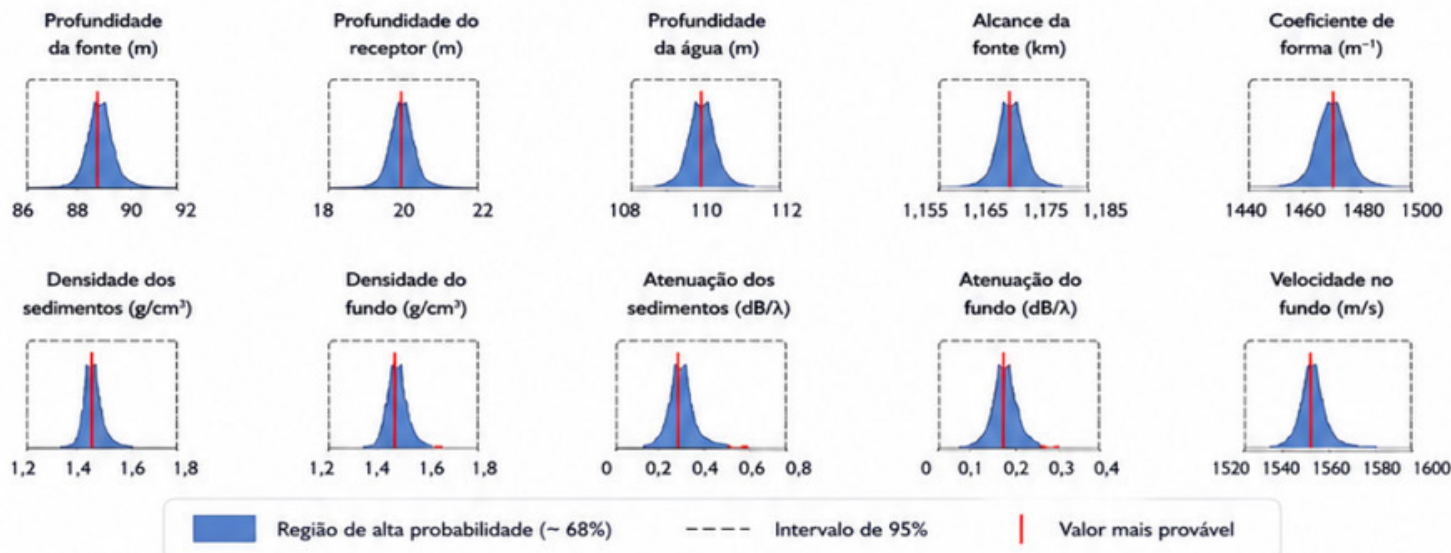


POR QUE ESTE EXPERIMENTO É IMPORTANTE?

- ✓ Ambiente marinho realístico e desafiador
- ✓ Dados de alta qualidade e resolução
- ✓ Validação de métodos avançados de inversão geoacústica
- ✓ Aplicações diretas em ciência, indústria e defesa

RESULTADOS: DENSIDADES DE PROBABILIDADE A POSTERIORI DOS PARÂMETROS INVERTIDOS

A técnica MBMF combinada com Algoritmos Genéticos gera as densidades de probabilidade a posteriori (PPD) dos parâmetros geoaústicos. Os gráficos mostram os valores mais prováveis (linha vermelha) e os intervalos de maior probabilidade (região azul).



APLICAÇÕES E IMPACTO



DEFESA MARÍTIMA

Localização passiva de fontes sonoras e consciência situacional em operações navais e de vigilância.



ENGENHARIA OFFSHORE

Suporte ao projeto de instalações, dutos e cabos submarinos com maior segurança.



MONITORAMENTO AMBIENTAL

Acompanhamento de sons biológicos e antropogênicos para avaliação do impacto humano no oceano.



EXPLORAÇÃO OCEÂNICA

Levantamento de parâmetros do fundo para planejamento e pesquisa de recursos naturais.



“

A COPPE-UFRJ reafirma sua liderança na pesquisa oceânica avançada, integrando física, matemática, computação e engenharia para ampliar o conhecimento do ambiente submarino e impulsionar o desenvolvimento tecnológico do país.

”

O QUE ESTES RESULTADOS DEMONSTRAM

- ✓ Capacidade de estimar, com rigor estatístico, parâmetros físicos do fundo marinho.
- ✓ Melhor compreensão da propagação acústica em ambientes complexos.
- ✓ Método robusto a ruídos e incertezas, com alta resolução e confiabilidade.
- ✓ Base sólida para aplicações estratégicas em ciência, indústria e defesa.

DESTAQUES DO ESTUDO



1161 m

Distância fonte-array no experimento



110 m

Profundidade da água



850-1550 Hz

Faixa de frequência da fonte

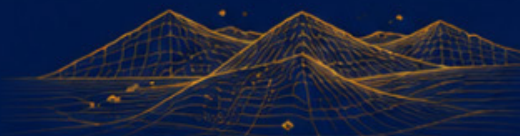


4

Hidrofones verticais utilizados



Este trabalho demonstra que a combinação de modelos físicos sofisticados e inteligência computacional pode revelar, com precisão, as características ocultas do fundo marinho a partir de observações acústicas passivas, contribuindo para o avanço do conhecimento científico e para soluções tecnológicas inovadoras.



CRÉDITOS

Projeto: Ocean Acoustic Exploration (OAcEx)
Instituições participantes: COPPE-UFRJ, Université Libre de Bruxelles, Universidade do Algarve (UA), Instituto Hidrográfico (IH-PT).
Apoio: Royal Netherlands Navy College (RNLNC) e NATO Underwater Research Centre (NURC).

AUTORES DO ARTIGO ORIGINAL

Lussac Prestes Maia
Jean-Pierre Hermand
Carlos Eduardo Parente Ribeiro

O PALCO COMEÇA ANTES DOS ATORES

Para José Dias, o espaço cênico é mais do que cenário: é dramaturgia, é arquitetura, é pensamento visual. Cada elemento constrói sentidos, evoca memórias e transforma o palco em linguagem.

LÍDIA DE OXUM

PRIMEIRA ÓPERA NEGRA DO BRASIL

-  Teatro Castro Alves
-  Salvador – BA
-  1995
-  Autores: Lindenberg Cardoso e Idalsio Tavares
-  Direção: Paulo Dourado
-  Cenografia: José Dias



Cena de LÍDIA DE OXUM, Primeira Ópera Negra do Brasil. Teatro Castro Alves, Salvador, 1995. Cenografia: José Dias.

LÍDIA DE OXUM

Ópera em dois atos que celebra a força e a espiritualidade de Oxum, rainha das águas doces, em uma narrativa que entrelaça história, mitologia e resistência.

A cenografia de José Dias recria ambientes simbólicos com grandiosidade e precisão plástica, transformando o palco em mar, templo e cortejo.

“

A cenografia é o lugar onde o visível e o invisível se encontram. É onde o espectador começa a sonhar antes mesmo que o primeiro ator entre em cena.”

JOSÉ DIAS



A CARAVELA

Elemento central da cenografia, símbolo das travessias, das descobertas e das diásporas que constroem nossa história.

A CARAVELA

UMA DAS IMAGENS CENOGRÁFICAS
MAIS MARCANTES DO TEATRO
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Mais do que um elemento de cena, A Caravela é um dispositivo poético que conduz o espectador a uma viagem simbólica.

Estrutura, movimento, luz e textura se combinam para criar um espaço vivo, capaz de contar histórias antes mesmo que uma palavra seja dita.

A pesquisa cenográfica de José Dias recria o imaginário das grandes navegações e dos descobrimentos, sem nostalgia, mas com a força de um olhar contemporâneo sobre nossa formação cultural.



A CARAVELA É MEMÓRIA, É HISTÓRIA E É SÍMBOLO.
É O BRASIL SE RECONHECENDO NO MAR QUE O TROUXE
E O MAR QUE O LEVA PARA O FUTURO.



Croqui original da cenografia
Acervo José Dias

O PROCESSO CRIATIVO

A construção da Caravela nasceu de um mergulho histórico e plástico. Cada linha, cada curva, cada vela dialoga com os relatos das expedições portuguesas e com o universo simbólico que moldou nossa identidade.



Detalhe do velame e dos elementos plásticos que reforçam o caráter épico da obra.

“A madeira, o ferro, a corda, a luz e a sombra são os materiais com os quais o cenógrafo escreve. Seu texto é silencioso, mas permanece na memória.

JOSÉ DIAS

Dossiê Especial
Professor Doutor

JOSÉ DIAS

CENOGRAFIA:
ARTE, TÉCNICA E LINGUAGEM

“O espaço não é apenas onde a ação acontece. É parte do discurso. É dramaturgia.”

JOSÉ DIAS

O ESPAÇO COMO DRAMATURGIA

ARQUITETURAS DO VISÍVEL,
PAISAGENS DA ALMA

Na concepção de José Dias, o espaço não é cenário: é pensamento. Cada plano, cada altura, cada vazio constrói sentidos e revela conflitos. Entre a grandiosidade e a intimidade, o cenógrafo cria estruturas que ampliam a narrativa e instauram atmosferas de tensão, poder, espiritualidade e destino.

Duas criações que revelam como a cenografia se torna linguagem dramática.

RICARDO III

de William Shakespeare

Direção: Antônio Pedro
Cenografia: José Dias
Teatro João Caetano – RJ
2004



O LIVRO DE JÓ

de Clara Góes

Direção: Moacyr Góes
Cenografia: José Dias
Teatro Glória, RJ
1993



“Educar o olhar é ensinar a ler o espaço, a perceber o que ele diz, o que ele cala e o que ele pode transformar.”

JOSÉ DIAS



A cenografia de José Dias transforma o palco em território de pensamento e emoção. Forma, matéria, luz e vazio constroem mundos possíveis.



Cada espetáculo é uma pesquisa. Cada espaço, uma escrita. Cada criação, uma contribuição para a memória do teatro brasileiro.



— Conselho de Museus —
ALUMNI UFRJ
REVISTA

Dossiê Especial
Professor Doutor

JOSÉ DIAS

CENOGRAFIA:
ARTE, TÉCNICA E LINGUAGEM

“A cenografia é a arquitetura do instante. É ela que dá forma à emoção e corpo à imaginação.”

JOSÉ DIAS

O GUARDIÃO DO TEMPO

QUANDO O PASSADO SE TORNA PRESENÇA

A cenografia guarda o tempo. Em cada objeto, cada textura, cada luz, reside o eco de histórias que continuam a nos falar.

José Dias cria ambientes que resgatam vozes, atravessam séculos e reinventam memórias. Seu olhar transforma a cena em lugar de encontro entre o que foi e o que somos.



CARTAS PORTUGUESAS

de Maria Isabel Barreno,
Maria Teresa Horta
e Maria Velho da Costa
Direção: Moacyr Góes
Cenografia: José Dias
Teatro Glória, RJ
1997

TERESA D'ÁVILA

de Fidelys Fraga
e Rita Elmor
Direção: Luiz Arthur
Nunes
Cenografia: José Dias
Teatro Cândido Mendes.
RJ / Teatro Laura Alvim.
RJ
2002



O CARTEIRO E O POETA

de Antonio Skármeta
Direção: Aderbal
Freire Filho
Cenografia: José Dias
Teatro I do Centro
Cultural Banco
do Brasil, RJ
1997



A FORÇA DOS SÍMBOLOS

Nas mãos de José Dias, símbolos e objetos se tornam linguagem. A madeira, o ferro, o tecido, a luz e o silêncio constroem pontes entre o íntimo e o coletivo, entre o visível e o invisível.



“O cenário não é fundo. É presença, é palavra, é memória em construção.”

JOSÉ DIAS



A CENOGRAFIA É MEMÓRIA VIVA.
Recria o passado para iluminar o presente e imaginar o futuro.



Cada espetáculo é um arquivo do sensível. Cada espaço, um lugar onde histórias ganham corpo e permanecem.



Entre a arte e a vida, José Dias constrói cenários que nos ajudam a compreender quem fomos, quem somos e quem podemos ser.

Dossiê Especial
 Professor Doutor
JOSÉ DIAS

CENOGRAFIA:
 ARTE, TÉCNICA E LINGUAGEM

“ Ensinar é semear espaços,
 é abrir possibilidades,
 é formar olhares para o invisível. ”

JOSÉ DIAS

JOSÉ DIAS PROFESSOR, FORMADOR E CENÓGRAFO

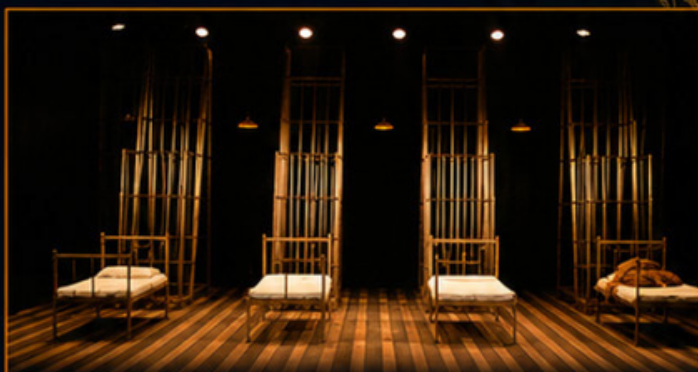
AO LONGO DE MAIS DE
CINCO DÉCADAS DE DOCÊNCIA,

José Dias formou gerações de cenógrafos, artistas e pesquisadores. Seu ensino integra teoria e prática, arte e técnica, pensamento e criação.

José Dias cria ambientes que resgatam vozes, atravessam séculos e reinventam memórias. Seu olhar transforma a cena em lugar de encontro entre o que foi e o que somos.

ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor Titular da UNIRIO
- Vice-Reitor da UNIRIO (2000 – 2004)
- Professor Emérito da UNIRIO
- Chefe do Departamento de Cenografia
- Idealizador e pesquisador das Salas de Cenografia da UNIRIO
- Orientador de mestrado e doutorado
- Autor de livros e artigos sobre cenografia e teatro
- Membro do Conselho de Minerva e de diversas Academias



LIMA BARRETO AO 3º DIA

Lima Barreto ao 3º Dia, de Luís Alberto de Abreu.
 Direção: Aderbal Freire Filho.
 Cenografia: José Dias.
 Teatro I – Centro Cultural Banco do Brasil, RJ.
 1985.



EPIFANIAS – O SONHO

Epifanias – O Sonho, de August Strindberg.
 Direção: Moacyr Góes.
 Cenografia: José Dias.
 Espaço III Teatro Villa-Lobos, RJ, 1992.
 Teatro Itália, SP, 1993.

“ O ensino de cenografia
 é orientar a elaboração
 de um espaço cênico
 que seja uma resposta
 à dramaturgia e à proposta
 da direção dos projetos.

— José Dias

Seu legado permanece nas obras,
 nos alunos, nos espaços que criou
 e nas ideias que continua a inspirar.
 Um mestre que transforma o
 conhecimento em arte e a arte em vida.



Fotos: Acervo José Dias

“Ensinar é semear espaços,
é abrir possibilidades,
é formar olhares para o invisível.”

JOSÉ DIAS

UNIVERSIDADE, ARTE E FORMAÇÃO

CRIAR, ENSINAR,
COMPARTILHAR, TRANSFORMAR

Na UNIRIO e na UFRJ, José Dias
construiu pontes entre a criação artística
e a formação acadêmica. Sua atuação
institucional ampliou horizontes,
fortaleceu cursos e inspirou gerações.



ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor Titular da UNIRIO
- Vice-Reitor da UNIRIO (2000 – 2004)
- Professor Emérito da UNIRIO
- Chefe de Departamento
- Orientador de mestrado e doutorado
- Idealizador e pesquisador das salas de cenografia da UNIRIO
- Autor de livros e artigos sobre cenografia e teatro



AS MULHERES EM ASSEMBLEIA

de Aristófanes

Direção: Moacyr Góes

Cenografia: José Dias

Teatro Carlos Gomes, RJ

1997

Cenografia que traduz o
encontro, o conflito e a força
das vozes femininas em um
espaço de grande simbologia.



UM DIA DAS MÃES

Texto e Direção:

Flávio Marinho

Cenografia: José Dias

Teatro Vaucci, RJ

2001

Memória, afeto e tempo
costurados no espaço
cênico com delicadeza e
precisão.



VICE-REITORIA DA UNIRIO

2000 – 2004

Gestão marcada pelo diálogo,
pela valorização da cultura
e pelo fortalecimento das
políticas de ensino, pesquisa
e extensão.



PROFESSOR EMÉRITO DA UNIRIO

2023

Reconhecimento à sua
trajetória exemplar na
formação de artistas,
pesquisadores e cidadãos.



“A universidade é um lugar
de encontros.
Entre saberes, entre pessoas,
entre o que somos e o que
podemos ser.”

JOSÉ DIAS



UNIVERSIDADE

Espaço de pensamento
crítico, liberdade
e transformação.



ARTE

Linguagem que
conecta, emociona
e humaniza.



FORMAÇÃO

Processo contínuo
de descoberta,
escuta e criação.



LEGADO

Ideias que permanecem
e inspiram novas
gerações.

JOSÉ DIAS TRANSFORMA O ENSINO EM EXPERIÊNCIA.
A CENOGRRAFIA EM PENSAMENTO. A UNIVERSIDADE EM VIDA.
ENSINAR É CRIAR FUTUROS.





Dossiê Especial
Professor Doutor
JOSÉ DIAS

CENOGRAFIA:
ARTE, TÉCNICA E LINGUAGEM

“ Ensinar é semear espaços,
é abrir possibilidades,
é formar olhares para o invisível. ”

JOSÉ DIAS

O TEATRO DA MEMÓRIA

QUANDO O PASSADO
SE TORNA PRESENÇA

José Dias cria ambientes
que resgatam vozes,
atravessam séculos e
reinventam memórias.
Seu olhar transforma a
cena em lugar de encontro
entre o que foi e o que
somos.



ATUAÇÃO ACADÊMICA

- Professor Titular da UNIRIO
- Vice-Reitor da UNIRIO (2000–2004)
- Professor Emérito da UNIRIO
- Chefe do Departamento de Cenografia
- Idealizador e pesquisador das Salas de Cenografia da UNIRIO
- Orientador de mestrado e doutorado
- Autor de livros e artigos sobre cenografia e teatro



OS SETE GATINHOS

de Nelson Rodrigues
Direção Moacyr Góes
Cenografia José Dias
Teatro Carlos Gomes, RJ
1996.



ABELARDO E BERILO

de Bosco Brasil
Direção Ricardo Kosovski
Cenografia José Dias
Teatro SESC Porto Alegre, RS.
Teatro Folia, SP. 2004.

“ José Dias, além de amigo e parceiro, é um dos maiores artistas com os quais tenho o privilégio de conviver. Sua percepção e sensibilidade são sempre surpreendentes. Tem o dom da simplicidade com profundidade. Sua capacidade de solucionar questões técnicas, do ponto de vista espaço-temporal, prima pelo brilhantismo. É um leão-de-teatro nato e raro. ”

Ricardo Kosovski, Diretor



OLHAR

Ver além do óbvio.
Perceber o que o texto
sugere, o que o palco
pede, o que o público
sente.



TÉCNICA

Domínio rigoroso
dos materiais,
das estruturas
e do espaço.



SENSIBILIDADE

Transformar ideias
em imagens.
Converter emoção
em espaço cênico.



LIBERDADE

Explorar caminhos
singulares.
Criar mundos que
não existiam.

A cenografia é memória viva.

Recria o passado para iluminar o presente e imaginar o futuro.



CENOGRAFIA COMO PENSAMENTO EM ESPAÇO CÊNICO

DO DESENHO À VIVÊNCIA CÊNICA

Para José Dias, cenografar é imaginar mundos possíveis e construir, com rigor e sensibilidade, os espaços onde histórias ganham corpo. Cada projeto nasce do diálogo entre texto, direção, atuação e público.

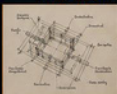
Seus espaços não são neutros: revelam conflitos, sugerem memórias, criam atmosferas e ampliam os sentidos da cena.



EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA

- Mais de cinco décadas dedicadas à cenografia
- Centenas de projetos para teatro, cinema, televisão, publicidade e exposições
- Produção acadêmica referência na área
- Formação de gerações de artistas e professores
- Atuação no Brasil e reconhecimento internacional

O PROCESSO CRIATIVO: IDEIA, PESQUISA E CONSTRUÇÃO



1. LEITURA E IMERSÃO

O texto é ponto de partida. A pesquisa histórica, estética e simbólica amplia horizontes e inspira caminhos.

2. ESTUDO E PROJETO

Croquis, desenhos elaborados, plantas e maquetes.

3. CONSTRUÇÃO

A cenotécnica transforma o projeto em realidade. Matérias, técnicas e trabalho coletivo dão forma ao espaço cênico.

4. ILUMINAÇÃO E ATMOSFERA

A luz revela, oculta, direciona. É parceira da cenografia na criação de significados e emoções.

5. A CENA E O PÚBLICO

O espaço ganha vida no encontro com atores e espectadores. A cenografia se completa na experiência compartilhada.

IMPACTO NA FORMAÇÃO



Na UFRJ, José Dias idealizou e consolidou o Curso de Cenografia, um dos poucos do país em nível de graduação e pós-graduação. Seu trabalho integra arte, técnica e pensamento crítico, preparando profissionais para os desafios contemporâneos da cultura e da educação.

“A cenografia é, antes de tudo, um ato de emoção e de criação. Ouvir o texto, o diretor, os atores, o espaço, o tempo, a memória. E então elaborar um espaço cênico para que a dramaturgia aconteça.”

JOSÉ DIAS



ROQUE SANTEIRO, de Dias Gomes.
Direção Bibi Ferreira.
Cenografia José Dias.
Teatro Carlos Gomes, 1996.

INTEGRAÇÃO

A cena é feita de encontros: dramaturgia, direção, cenografia, indumentária, iluminação e público.

PESQUISA

Conhecer o passado para iluminar o presente e imaginar futuros.

SENSIBILIDADE

Transformar referências dramáticas em espaços cênicos que toquem e comovam.

TÉCNICA

Dominar a caixa cênica e a cenotécnica, os materiais, os processos e soluções com precisão e criatividade.

FORMAÇÃO

Ensinar e multiplicar olhares e fortalecer a cultura e a educação.

LEGADO

Obras que permanecem. Ideias que inspiram. Gerações que continuam.



UM BIMBO DO POVO, de Henrik Ibsen.
Encenação de Antônio Mercadante.
Cenografia José Dias.
Cendriev. Teatro Garcia de Resende.
Évora, Portugal, 2006.



ARQUITETURAS DA IMAGINAÇÃO. ESPAÇOS DA MEMÓRIA.
CENOGRAFIAS DAVIDA.
Assim é o trabalho de José Dias, que transforma dramaturgia em espaços cênicos.

CENOGRAFIA COMO ARTE DO DIÁLOGO PERMANENTE

DA IDEIA À EXPERIÊNCIA CÊNICA

Para José Dias, cenógrafo é imaginar mundos possíveis e construir, com rigor e sensibilidade, os espaços onde histórias ganham corpo. Cada projeto nasce do diálogo entre texto, direção, atuação e público.

Seus espaços não são neutros: revelam conflitos, sugerem memórias, criam atmosferas e ampliam os sentidos da cena.

EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA

- Mais de cinco décadas dedicadas à cenografia.
- Centenas de projetos para teatro, cinema, televisão, publicidade e exposições
- Produção acadêmica referência na área
- Formação de gerações de artistas e professores
- Atuação no Brasil e reconhecimento internacional



ALUNOS



Gerações que passaram por suas aulas levam consigo não apenas conhecimento, mas uma forma de olhar e criar o mundo.



SALAS DE CENOGRAFIA



As Salas de Cenografia da UNIRIO se consolidaram como referência no país integrando teoria, práticas e experimentação.



ENSINO COM SENTIDO



Seu ensino é marcado pelo rigor, pela ética e pelo diálogo, sempre valorizando o potencial artístico.

CENOGRAFIAS QUE CONTINUAM A FALAR



BISPO JESUS DO ROSÁRIO – A VIA SACRA DOS CONTRÁRIOS
Direção Moacyr Góes.
Cenografia José Dias.
Teatro Carlos Gomes, RJ.
1999.



CAMPEÕES DO MUNDO,
de Dias Gomes.
Direção Antônio Mercadê.
Cenografia e Supervisão
de figurinos José Dias.
Teatro Brigadeiro, SP.
1981.



HOLLYWOOD É AQUI,
de Antônio Amaral.
Direção Ronaldo Ciambri.
Cenografia José Dias.
Centro Cultural Usiminas.
MG, 2001.



MEU REINO POR UM CAVALO,
de Dias Gomes.
Direção Antônio Mercadê.
Cenografia José Dias.
Teatro Nelson Rodrigues, RJ.
1989.



BREJNEV JANTA SEU ALFAIATE,
de João Bethencourt.
Direção José Renato.
Cenografia José Dias.
Teatro da Praia, RJ.
1984.

“ O espaço cênico é um corpo vivo,
em constante transformação.
É nele que a arte encontra
sua morada. ”
JOSÉ DIAS



OLHAR

Ver além do óbvio,
descobrir camadas,
perceber o invisível.



CRIAR

Imaginar mundos
possíveis e transformar
ideias em espaços
cênicos.



DIALOGAR

Unir saberes, ouvir o outro,
construir juntos novas
possibilidades.



ENSINAR

Compartilhar caminhos,
inspirar jornadas
e formar consciências.



TRANSFORMAR

A arte transforma vidas.
A educação transforma
a sociedade.



O Legado de José Dias é feito de espaços cênicos para teatro, cinema, televisão, publicidade e exposições que honra a educação, a arte, a universidade e a vida.



ESCOLA DE BELAS ARTES DA UFRJ

TRADIÇÃO, CRIAÇÃO E VANGUARDA

Desde 1816, a Escola de Belas Artes da UFRJ forma artistas, arquitetos, cenógrafos e pensadores da arte. Berço de movimentos culturais e de grandes mestres, a EBA é referência nacional em artes visuais, cenografia, patrimônio e inovação. Suas salas, ateliês e laboratórios seguem abertos à experimentação, ao diálogo e à criação.



Escola Nacional de Belas Artes – Fundada em 1816 pela Missão Artística Francesa.

LEGADO E INFLUÊNCIA

- Fundada em 1816 pela Missão Artística Francesa.
- Origem da Academia Imperial de Belas Artes.
- Formação de gerações de artistas brasileiros.
- Berço do ensino de cenografia na UFRJ.
- Referência nacional em arte e patrimônio cultural.

A ESCOLA E SEUS ESPAÇOS



1 MAQUETE CENOGRÁFICA
O espaço da criação onde a ideia se transforma em forma, volume e possibilidades cênicas.



2 ATELIÊ DA EBA-UFRJ
Ambiente de pesquisa, experimentação e expressão artística que marca gerações.



3 CAMPUS FUNDÃO
A EBA integra o Campus da UFRJ, patrimônio histórico e polo de produção de conhecimento.



4 INTERIOR DA ESCOLA
Arquitetura e memória que revelam a força da tradição e a beleza que inspiram novas criações.



5 CARNAVAL E CENOGRAFIA
A arte da cena também ganha vida nas escolas de samba, onde a EBA deixa sua marca.

FORMAÇÃO DE CENÓGRAFOS



O Curso de Cenografia da EBA-UFRJ é um dos mais tradicionais do país. Integra artes visuais, arquitetura, iluminação, figurino, sonoplastia e técnicas de construção cênica, formando profissionais para teatro, ópera, televisão, exposições e eventos culturais. A cenografia é onde arte, técnica e imaginação constroem mundos.

GRANDES NOMES DA EBA

- Eliseu Visconti
- Rodolfo Amoedo
- Candido Portinari
- Iberê Camargo
- Roberto Burle Marx
- Oscar Niemeyer
- Fernando Pamplona
- Rosa Magalhães



PAMPLONA E ROSA MAGALHÃES



Fernando Pamplona revolucionou a linguagem visual do carnaval brasileiro ao aproximar a estética popular das escolas de samba da pesquisa acadêmica desenvolvida na Escola de Belas Artes. Sua discípula Rosa Magalhães tornou-se a maior campeã da história dos desfiles do Rio de Janeiro, consolidando a influência da EBA-UFRJ na cultura brasileira.

Foto: Acervo Galeria do Carnaval.



ARTE
Explorar formas, cores e linguagens para expressar ideias e emoções.



PATRIMÔNIO
Preservar a memória e valorizar a história da arte brasileira.



CENOGRAFIA
Transformar espaços em experiências visuais e narrativas.



CARNAVAL
Criar espetáculos que encantam, emocionam e celebram o Brasil.



PESQUISA
Investigar, experimentar e inovar para ampliar os horizontes da arte.



FORMAÇÃO
Ensinar, aprender e formar artistas para o futuro.

A tradição que se renova. A EBA segue formando artistas e cenógrafos comprometidos com a cultura, a ciência e a transformação social.



Da ideia ao palco. A cenografia é o encontro entre arte, técnica e emoção, construindo espaços que contam histórias.

ARQUITETURAS DA IMAGINAÇÃO.
ESPAÇOS DA MEMÓRIA.

CENOGRAFIAS DA VIDA.

Assim é o trabalho da EBA: arte que transforma, inspira e permanece.



O conhecimento produzido por nossos antigos alunos

A Universidade do Brasil, atual UFRJ, formou gerações de profissionais que contribuíram para a construção do conhecimento nacional.

A **Estante Alumni** apresenta livros, pesquisas, memórias e produções intelectuais de antigos alunos, professores e pesquisadores cuja obra continua iluminando a vida acadêmica, científica, artística e cultural do país.

Cada publicação representa um capítulo da história da universidade e uma contribuição permanente para as futuras gerações.



LEITURA, MEMÓRIA E FUTURO

*“ Uma universidade permanece viva
quando suas ideias continuam circulando. ”*



Biblioteca da Faculdade Nacional de Direito



Memória, ciência e cultura



Em próximas edições, a Estante Alumni destacará lançamentos editoriais, clássicos universitários e obras produzidas por antigos alunos da Universidade do Brasil – UFRJ.

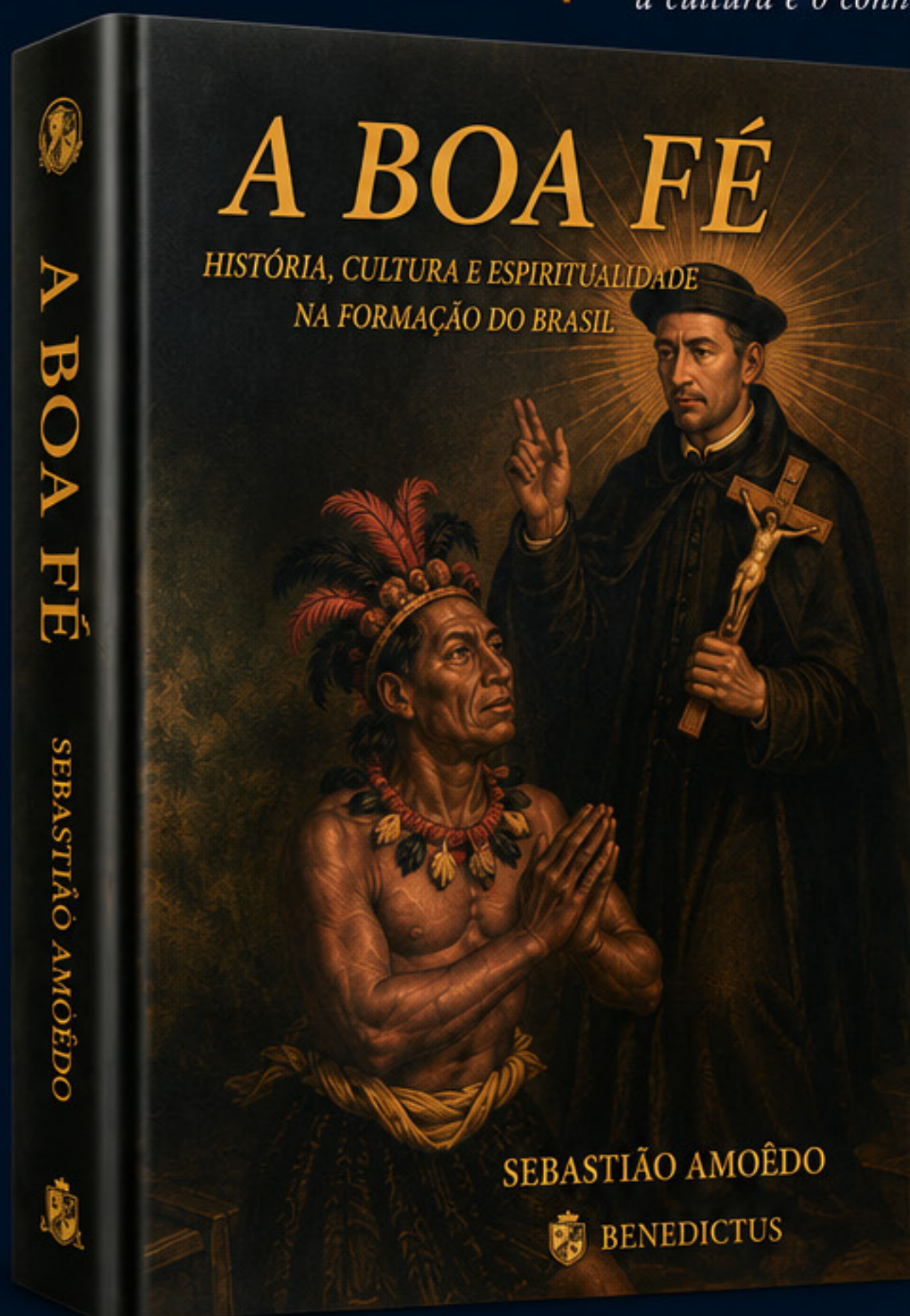
alumni
UFRJ

CONHECIMENTO
TRADIÇÃO
INOVAÇÃO
TRANSFORMAÇÃO



LANÇAMENTO ALUMNI

*Livros que iluminam a história,
a cultura e o conhecimento.*



A BOA FÉ

**HISTÓRIA, CULTURA E ESPIRITUALIDADE
NA FORMAÇÃO DO BRASIL**

Uma obra que percorre os grandes capítulos da nossa história espiritual e cultural, mostrando como diferentes tradições religiosas contribuíram para construir a identidade brasileira.

Do encontro entre povos e culturas nasceu um caminho de fé, diálogo e esperança que continua a inspirar o país.



“ Conhecendo a diversidade religiosa brasileira é compreender melhor a própria formação da nacionalidade. ”



ADQUIRA JÁ O SEU EXEMPLAR

Acesse a Livraria Benedictus:

livrariabenedictus.com.br/a-boa-fe



BENEDICTUS



SEBASTIÃO AMOÊDO DE BARROS

Graduado e Pós-Graduado pela
Escola de Comunicação da UFRJ.
Presidente do Conselho de Minerva.
Pesquisador da história social,
religiosa e cultural brasileira.

TEMAS ABORDADOS

- Povos indígenas e catequese
- Jesuítas e formação cultural
- Escravidão indígena e africana
- Judaísmo no Brasil
- Islamismo e Revolta dos Malês
- Protestantismo histórico
- Pentecostalismo
- Umbanda e Candomblé
- Espiritismo
- Maçonaria e religião
- Ecumenismo e diálogo inter-religioso
- História da Igreja no Brasil





COOPERAÇÃO, COMPETIÇÃO E GAMIFICAÇÃO

Pesquisa da UFRJ revela impactos positivos no desempenho e engajamento de estudantes

A utilização de jogos digitais como ferramenta pedagógica tem ganhado espaço nas discussões sobre inovação educacional. Um estudo conduzido por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Informática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) demonstrou que estratégias baseadas em gamificação podem contribuir significativamente para o aumento do engajamento, da cooperação e do desempenho acadêmico de estudantes.

A pesquisa, intitulada *Exploring Cooperation and Competition in Computer Science Education: An Investigation Based on Game Theory*, foi desenvolvida por Waldir Siqueira Moura, Edgar Delbem, Juliana Baptista dos Santos França e Angélica Fonseca da Silva Dias, sendo publicada nos anais da 17th *International Conference on Computer Supported Education (CSEDU 2025)*, uma das mais importantes conferências internacionais dedicadas à inovação educacional apoiada por tecnologias digitais.

FIGURA 7 – COMO O EXPERIMENTO FOI ORGANIZADO



UM LABORATÓRIO DE COOPERAÇÃO DENTRO DOS JOGOS DIGITAIS

O estudo utilizou o jogo cooperativo Overcooked como ambiente experimental para investigar como diferentes formas de comunicação e colaboração influenciam o comportamento dos estudantes. A pesquisa foi realizada ao longo de 2022 com alunos do Ensino Médio.

ASPECTOS ANALISADOS

- Efetividade na execução das tarefas
- Frequência de erros
- Padrões de comunicação
- Coordenação entre participantes
- Capacidade de adaptação
- Engajamento e motivação

“ A pesquisa investigou como diferentes níveis de comunicação e colaboração entre equipes impactam o desempenho, a resolução de problemas e o engajamento dos estudantes em um ambiente de jogo.



ACESSE O ARTIGO COMPLETO

Exploring Cooperation and Competition in Computer Science Education: An Investigation Based on Game Theory
CSEDU 2025 – Proceedings, v. 1, p. 274–282.



RESULTADOS SURPREENDENTES

Antes do início das intervenções, os dados revelaram um cenário preocupante: 35% dos estudantes apresentavam desempenho abaixo da média esperada, enquanto 75% declaravam baixa motivação ou pouco interesse pelas disciplinas escolares.

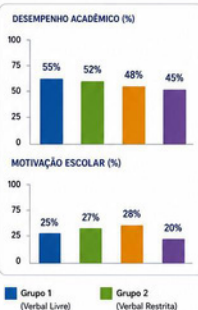
Entre os resultados mais relevantes da pesquisa está o desempenho do grupo que realizou as atividades sem comunicação verbal. Contrariando as expectativas iniciais, os participantes desenvolveram estratégias espontâneas de observação, divisão de tarefas e coordenação, alcançando os melhores resultados entre todos os grupos avaliados.



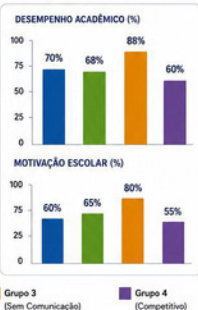
Aproximadamente **90%** dos estudantes desse grupo identificaram corretamente as regras do jogo e aplicaram soluções eficazes para os desafios propostos, apresentando desempenho cerca de **20% superior** ao dos demais grupos.

FIGURA 4 – ANTES DA INTERVENÇÃO

Desempenho e motivação

**FIGURA 5 – APÓS A INTERVENÇÃO**

Desempenho e motivação



Após a intervenção, todos os grupos apresentaram melhora significativa. Contudo, o Grupo 3 (sem comunicação verbal) obteve o maior avanço: 88% de desempenho acadêmico e 80% de motivação escolar, superando inclusive o grupo com comunicação livre.

Os achados indicam que a cooperação, mesmo sem comunicação verbal explícita, pode gerar engajamento mais profundo e resultados mais consistentes – reforçando o potencial da gamificação como estratégia educacional inovadora.

EM RESUMO

- ✓ Melhora média de 25% no desempenho acadêmico do Grupo 3.
- ✓ Maior participação e engajamento em sala de aula.
- ✓ Aumento da motivação e do interesse pelas disciplinas.
- ✓ Maior confiança e autonomia na aprendizagem.



IMPACTOS ALÉM DO JOGO

A pesquisa identificou efeitos positivos que vão além do desempenho acadêmico mensurado durante o experimento. Entre os principais impactos observados, destacam-se:



MAIOR COLABORAÇÃO

Estudantes passaram a valorizar mais o trabalho em equipe.



COMUNICAÇÃO MAIS EFICAZ

Houve melhora na clareza e na escuta entre os participantes.



RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Desenvolvimento de estratégias e pensamento crítico aprimorados.



AUTONOMIA E PROTAGONISMO

Estudantes demonstraram mais iniciativa e confiança para agir.



ENGAJAMENTO SUSTENTADO

A motivação aumentou e se manteve ao longo da intervenção.

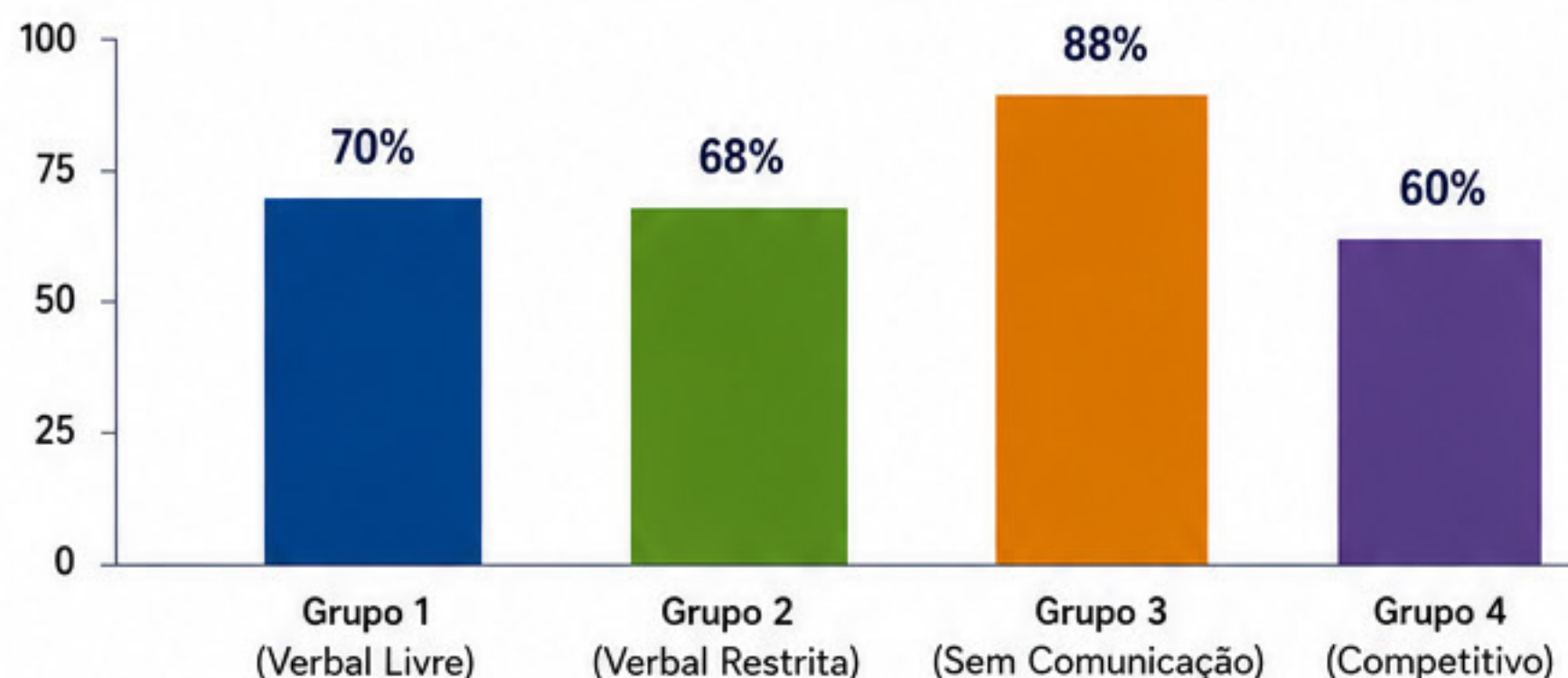
COMPETÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI

FIGURA 3 – COMPETÊNCIAS FORTALECIDAS PELA GAMIFICAÇÃO



FIGURA 6 – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ENTRE OS GRUPOS

Desempenho médio final (%)



O grupo que não utilizou comunicação verbal (Grupo 3 – Sem Comunicação) alcançou os melhores resultados médios, demonstrando como a gamificação pode potencializar o desempenho, a motivação e o engajamento dos estudantes.

CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

O trabalho reforça uma tendência crescente na área de Educação em Computação: o uso de metodologias ativas e ambientes gamificados para promover experiências de aprendizagem mais significativas. Segundo os autores, elementos como desafios, feedback imediato, objetivos claros e colaboração podem transformar a relação dos estudantes com o processo educativo, tornando-os participantes mais ativos na construção do conhecimento.

Embora existam limitações relacionadas ao uso de um único jogo e a um contexto específico de aplicação, os resultados apontam para o potencial da gamificação como instrumento capaz de estimular o engajamento escolar e favorecer o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.



A gamificação não substitui o ensino tradicional, mas amplia possibilidades, oferecendo aos estudantes um ambiente mais dinâmico, motivador e alinhado às demandas do século XXI.

REFERÊNCIA

MOURA, Waldir Siqueira; DELBEM, Edgar; FRANÇA, Juliana Baptista dos Santos; DIAS, Angélica Fonseca da Silva. Exploring Cooperation and Competition in Computer Science Education: An Investigation Based on Game Theory. In: Proceedings of the 17th International Conference on Computer Supported Education (CSEDU 2025), v. 1, p. 274–282. SciTePress, 2025. DOI: 10.5220/0013216700003932.

CURRICULUM WALDIR SIQUEIRA MOURA



Escaneie o QR Code ao lado e acesse o currículo completo do pesquisador Waldir Siqueira Moura no Portal Lattes.



<http://lattes.cnpq.br/3619162624965160>

Universidade, coerência e responsabilidade pública

Notas sobre uma práxis sintrópica na UFRJ

Cássia Curan Turci

IQ-CCMN-UFRJ, Professora Titular, Vice-reitora UFRJ

A universidade pública brasileira sempre foi mais do que um lugar de ensino. Ela é memória, laboratório, hospital, biblioteca, museu, teatro, ginásio, sala de aula, espaço de convivência, campo de pesquisa, território de extensão e, sobretudo, uma forma coletiva de imaginar o futuro.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essa complexidade aparece de modo particularmente intenso porque ela reúne áreas muito distintas do conhecimento, unidades com histórias próprias, culturas acadêmicas diversas, demandas urgentes e vocações que nem sempre se deixam traduzir por uma única linguagem administrativa. Governar uma instituição assim exige mais do que cumprir rotinas, responder a emergências ou administrar carências. Exige capacidade de escuta, visão de conjunto e responsabilidade pública.

Ao longo da minha trajetória na UFRJ, aprendi que a universidade não pode ser compreendida apenas por uma de suas faces. Quando olhamos somente para a pesquisa, perdemos a extensão. Quando olhamos apenas para a graduação, esquecemos a pós-graduação. Quando enxergamos apenas os indicadores, deixamos escapar as pessoas. Quando nos concentramos apenas nos problemas materiais, corremos o risco de não perceber a inteligência coletiva que ainda sustenta a instituição por dentro.

Antes da UFRJ, vivi uma longa experiência de trabalho comunitário, ambiental e espiritual na Fazenda Mãe Natureza, às margens do Rio São Francisco, em Neópolis, na divisa entre Sergipe e Alagoas, sob a orientação de Francisco Barreto. Lá aprendi que gestão, formação humana e cuidado com o território não são dimensões separadas. Mais tarde, já na UFRJ,

essa experiência encontrou novo campo de realização na vida acadêmica, administrativa e institucional, inclusive no diálogo com iniciativas voltadas à formação da atenção, do discernimento e da responsabilidade, como a disciplina eletiva CMT014 - Oficina de Estudos: A Arte e a Ciência da Meditação, oferecida a partir de 2019 no CCMN.

Aprendi, em diferentes contextos, que uma instituição só floresce quando consegue alinhar pessoas, propósitos, espaços e responsabilidades.

Uma imagem simples ajuda a compreender esse desafio. Um cilindro, projetado sobre uma superfície plana, pode aparecer como um retângulo ou como um círculo. As duas imagens são verdadeiras, mas nenhuma delas é o cilindro inteiro. Cada uma mostra uma face do real. O erro começa quando confundimos uma projeção parcial com a realidade completa.

Algo semelhante acontece na universidade. Às vezes, tradição e inovação são colocadas como polos inconciliáveis. Em outros momentos, excelência acadêmica e compromisso social parecem disputar o mesmo espaço. Há quem fale apenas em gestão, como se a universidade fosse uma máquina; há quem fale apenas em missão, como se a missão pudesse prescindir de organização concreta. Mas a universidade real é mais ampla do que essas oposições. Ela exige integração sem simplificação.

Não se trata de diminuir o esforço de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro ou de tantos outros que pensaram a universidade brasileira com coragem. Suas visões foram decisivas em seu tempo e continuam a iluminar debates fundamentais. Mas a história também mostra que nenhuma projeção parcial, por mais generosa ou brilhante que seja, sustenta sozinha a complexidade do real universitário.



Prof.ª Dra. Cássia Curan Turci,
Vice-Reitora da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

“ Quando enxergamos apenas os indicadores, deixamos escapar as pessoas. ”



Metáfora do cilindro: visto de ângulos distintos, o mesmo objeto pode projetar formas diferentes, como círculo e retângulo. Ambas as projeções podem ser verdadeiras, mas nenhuma delas esgota o real.

O mesmo real pode aparecer como círculo ou retângulo, conforme o ponto de vista.

A Universidade exige a coragem de ver o conjunto.

Universidade, coerência e responsabilidade pública

Notas sobre uma práxis sintrópica na UFRJ

É nesse sentido que compreendo a ideia de uma práxis sintrópica. Sintropia não é, aqui, um termo técnico nem uma palavra de efeito. É uma direção de sentido. E práxis sintrópica, em poucas palavras, é agir de modo que a coerência aumente, mesmo quando a complexidade permanece.

Uma universidade atua de modo sintrópico quando suas diferenças não se anulam, mas se articulam; quando a complexidade não vira desordem; quando a gestão não reduz a vida universitária a números, mas também não abandona a clareza dos critérios, das prioridades e das decisões.

Essa compreensão não nasceu apenas de reflexão teórica. Ela foi se formando em experiências concretas de trabalho, em projetos coletivos, em escutas difíceis, em tentativas de aproximar pessoas, unidades e áreas do conhecimento. A universidade ensina, muitas vezes, por resistência. Ensina que nenhuma solução duradoura se constrói sem atenção às condições reais. Ensina que uma decisão administrativa nunca é apenas técnica: ela afeta vidas, trajetórias, vocações, pesquisas, estudantes, servidores, e trabalhadores que mantêm a instituição funcionando diariamente.

Por isso, cuidar da universidade começa por cuidar das pessoas que a sustentam.



*Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
A universidade é um organismo complexo cujas múltiplas
dimensões precisam atuar de forma articulada.*

“

Práxis sintrópica,
em poucas palavras,
é agir de modo que
a coerência aumente,
mesmo quando a
complexidade
permanece.

”

“

Uma universidade
atua de modo
sintrópico quando
suas diferenças
não se anulam,
mas se articulam.

”

GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, coerência e responsabilidade pública

Notas sobre uma práxis sintrópica na UFRJ
(continuação)

Cuidar, nesse contexto, não significa substituir o rigor por compaixão. Significa reconhecer que não há excelência acadêmica sem condições dignas de estudo, trabalho, permanência, decisão, segurança, infraestrutura e pertencimento. Laboratórios, salas, bibliotecas, hospitais, museus e espaços de convivência não são apenas estruturas físicas: são instrumentos de inteligência pública baseados no futuro, se vivos e acessíveis.

Também por isso, recuperar a infraestrutura da universidade não é uma pauta secundária. É uma condição de possibilidade. A degradação dos espaços enfraquece o ensino, a pesquisa e o impacto social. Restaurar a universidade exige visão de horizonte: uma universidade em saída de seu próprio âmbito cuida de sua missão ao recompor ambientes, valorizar bens com planejamento e transparência, a partir da recomposição institucional.

A transparência, por sua vez, é um alicerce da gestão. A comunidade universitária precisa compreender que suas prioridades, escolhas orçamentárias e decisões, como os avanços das atividades e os resultados estão sendo adotadas para enfrentar problemas estruturais. Onde há opacidade, nasce a desconfiança. Onde há clareza, nasce o diálogo. Decidir pode ser enfrentado com mais maturidade coletiva.

“
Uma universidade
que cuida de seus
espaços também
cuida de sua
missão.”





GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, coerência e responsabilidade pública

(continuação)

A confiança institucional não se decreta. Ela se reconstrói. E se reconstrói por meio de presença, diálogo, coerência entre discurso e prática, capacidade de reconhecer erros e disposição para coordenar esforços. Em uma universidade do tamanho e da importância da UFRJ, nenhuma gestão pode pretender fazer tudo sozinha. A tarefa é criar condições para que a inteligência distribuída da instituição volte a se articular.

Um exemplo recente dessa articulação foi o reconhecimento da UFRJ pelo Selo ODS Educação. Em 2025, a universidade teve 73 iniciativas reconhecidas — mais que o dobro da edição anterior. Na ocasião, afirmei que “o conhecimento e a inovação gerados na universidade pública devem irradiar todas as áreas do conhecimento. Somente assim seremos uma universidade verdadeira, onde processos antagônicos substantivos se entrelaçam”. Mais do que um prêmio, este reconhecimento indica uma direção:

quando diferentes áreas atuam de forma colaborativa e a universidade se aproxima de sua vocação mais profunda.

SELO ODS EDUCAÇÃO



Em 2025, a universidade teve 73 iniciativas reconhecidas — mais que o dobro da edição anterior.

“Somente assim seremos uma universidade verdadeira, onde processos antagônicos substantivos se entrelaçam”.

“

Nenhuma gestão pode pretender fazer tudo sozinha.

”

“

A tarefa é criar condições para que a inteligência distribuída da instituição volte a se articular.

”



A articulação entre diferentes áreas do conhecimento fortalece a inteligência coletiva universitária.



GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, coerência e responsabilidade pública

(continuação)

A agenda ambiental torna esse desafio ainda mais evidente. Os problemas do nosso tempo não respeitam fronteiras disciplinares. Mudanças climáticas, desigualdades sociais, saúde pública, inovação tecnológica, inovação social, inteligência artificial, formação cidadã e sustentabilidade exigem respostas integradas.

Nenhuma área do conhecimento, isoladamente, será capaz de enfrentar esses desafios. A universidade precisa formar pessoas capazes de pensar com rigor, agir com responsabilidade e cooperar com quem vê o mundo a partir de outro ponto de observação.

“Os problemas do nosso tempo não respeitam fronteiras disciplinares.”

“Nenhuma área do conhecimento, isoladamente, será capaz de enfrentar esses desafios.”

DESAFIOS DO SÉCULO XXI



Mudanças climáticas



Desigualdades sociais



Saúde pública



Inovação tecnológica



Inovação social



Inteligência artificial



Formação cidadã



Sustentabilidade



A universidade precisa formar pessoas capazes de pensar com rigor, agir com responsabilidade e cooperar com diferentes perspectivas.



GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, coerência e responsabilidade pública

*Notas sobre uma práxis sintrópica na UFRJ
(continuação)*

Esse talvez seja um dos grandes desafios do século XXI: preservar a profundidade da formação universitária em uma época de aceleração, fragmentação e excesso de informação. A inteligência artificial não inaugura a crise da universidade, mas a torna mais visível. O problema não está apenas na velocidade das máquinas, mas na formação humana do critério. Quanto mais a produção de informação se automatiza, mais decisiva se torna a tarefa universitária de formar juízo, responsabilidade e discernimento.

Por isso, uma universidade pública não deve ser apenas eficiente. Ela deve ser lúcida. Deve saber por que faz o que faz, a quem serve, que futuro ajuda a construir e que tipo de ser humano participa de sua formação. A técnica é indispensável, mas não basta. A gestão é necessária, mas não é suficiente. A inovação é vital, mas precisa de direção. Sem um eixo de sentido, a universidade corre o risco de se tornar apenas uma administradora de fluxos, demandas e urgências.

Uma práxis sintrópica procura justamente evitar esse risco. Ela não propõe uniformidade. Não elimina conflitos. Não promete soluções fáceis. Seu ponto de partida é mais simples e mais exigente: reconhecer que a universidade é um organismo complexo e que sua vitalidade depende da coerência entre suas partes. Quando ensino, pesquisa, extensão, assistência, cultura, arte, sustentabilidade, gestão e cuidado institucional deixam de atuar como campos isolados, a universidade respira melhor.

“

A técnica é indispensável, mas não basta.

”

“

Quanto mais a produção de informação se automatiza, mais decisiva se torna a tarefa universitária de formar juízo, responsabilidade e discernimento.

”



A formação universitária continua sendo uma via privilegiada para o desenvolvimento crítico.



GESTÃO UNIVERSITÁRIA

RECONSTRUÇÃO,
CUIDADO E FUTURO

A UFRJ precisa dessa inspiração ampla. Precisa lembrar sua história sem ficar prisioneira dela. Precisa inovar sem confundir inovação com discurso. Precisa recuperar espaços sem esquecer pessoas. Precisa dialogar com a sociedade sem perder autonomia intelectual. Precisa ser internacional sem deixar de responder ao Brasil. Precisa ser plural sem se tornar fragmentada.

Essa é, para mim, a tarefa pública da universidade: sustentar uma forma de inteligência coletiva capaz de unir rigor, cuidado e responsabilidade.

A universidade não é apenas os seus campi. É uma direção de sentido. É uma comunidade em permanente construção, feita de convivência fecunda, escolhas conscientes, de especializações e encontros. Quando esse conjunto de encontros se cuida, dá ideia de quem resiste no chegar e volta a projetar possibilidades.

A UFRJ atravessa um momento decisivo. Como toda instituição centenária, carrega marcas, conquistas, feridas e promessas. O desafio não é apagar sua história, nem repetir modelos prontos. O desafio é recuperar sua capacidade de agir como universidade inteira: uma instituição pública, plural, rigorosa, democrática, socialmente responsável e comprometida com o futuro.

A sintropia, nesse contexto, não é uma teoria distante. É uma prática cotidiana de recomposição: recompor vínculos, recompor espaços, recompor confiança, recompor critérios, recompor a relação entre conhecimento e vida pública.

Talvez seja isso que a universidade pública brasileira mais precise neste momento: não apenas de novas respostas, mas de uma nova capacidade de articulação. Não apenas de mais investimentos, mas de um movimento com direção. Não apenas de administração do dia a dia, mas de recomposição responsável.

Essa é a universidade que precisamos construir.

“

A universidade não é apenas os seus campi. É uma direção de sentido.

”

“

A sintropia, nesse contexto, não é uma teoria distante. É uma prática cotidiana de recomposição.

”

A UFRJ não precisa apenas resistir ao desgaste. Precisa abrir uma nova ciclo de reconstrução: cuidado, transparência e responsabilidade pública. Esse ciclo não nascerá de uma fórmula pronta, mas da capacidade de transformar potências dispersas em caminhos compartilhados.



Corredor do Instituto de Economia da UFRJ,
Palácio Universitário, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.



REFERÊNCIA CONCEITUAL

Este texto dialoga com a formulação de sintropia como direção de coerência, integração sem redução e responsabilidade pública desenvolvida no portal Synergetic Philosophy and Culture (<https://www.synergeticphilosophy.org/phence.html>), especialmente no ensaio “What is Synerropy? — Coherence as a Direction of Understanding” (<https://www.synergeticphilosophy.org/2026/02/what-is-synerropy.html>).



DA PROIBIÇÃO A REGULAÇÃO

A não recepção do Decreto-Lei nº 9.215/1946 pela Constituição de 1988 e a superação do paradigma proibicionista no Brasil.

Paulo Horn

Mestre em Direito da Cidade pela UERJ.

Advogado.

Relator do Parecer da Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros.

“

A nova ordem constitucional inaugurou paradigma fundado na dignidade da pessoa humana, na liberdade e na livre iniciativa.

”



Foto: Antonio Miliang - Agência O Globo

A Constituição de 1988 inaugurou uma nova ordem jurídica fundada na dignidade da pessoa humana, na liberdade e na livre iniciativa.

A discussão sobre a exploração dos jogos de azar no Brasil ultrapassa o terreno econômico ou turístico. Trata-se de uma questão constitucional que envolve liberdade, moralidade, segurança jurídica e desenvolvimento.

Embora o Decreto-Lei nº 9.215/1946 ainda esteja formalmente em vigor, entende-se que ele não foi recepcionado pela Constituição de 1988.

Este artigo apresenta os fundamentos dessa não recepção e a necessidade de superação do paradigma proibicionista.

Ao final, propõe-se que o Brasil adote um modelo regulatório moderno, capaz de conciliar liberdade, dignidade humana, turismo e desenvolvimento econômico.

O DEBATE EM CURSO



STF – Tema 924



RE 966.177



PL 2.234/2022



Parecer do IAB



— CONSELHO DE MINÉRIA —

ALUMNI UFRJ

REVISTA

DIREITO | CONSTITUIÇÃO | SOCIEDADE

A CONSTITUIÇÃO DE 1937 E A ORIGEM DA PROIBIÇÃO

O contexto político e institucional que antecedeu

a edição do Decreto-Lei nº 9.215/1946



"O Instituto dos Advogados Brasileiros aprovou, em Sessão Plenária do dia 04/06/2026, parecer concluindo pela não recepção do Decreto-Lei nº 9.215/1946 pela Constituição de 1988."

“ A Constituição de 1988 representa precisamente a superação desse paradigma, ao consagrar o pluralismo político, a centralidade dos direitos fundamentais e a limitação do poder estatal como elementos estruturantes da ordem democrática. ”

A análise do tema exige, inicialmente, a compreensão do contexto histórico de edição do referido decreto-lei. Embora publicado em 1946, o diploma foi editado sob a vigência da Constituição de 1937, conhecida como Constituição do Estado Novo, outorgada por Getúlio Vargas em ambiente de concentração de poderes e restrição das instituições democráticas. Não por acaso, a Constituição de 1937 foi uma das duas únicas constituições brasileiras a admitir a figura do decreto-lei como instrumento legislativo ordinário do Poder Executivo, mecanismo que reduzia significativamente a participação parlamentar na formação das normas jurídicas.²

A circunstância assume relevância constitucional particular. O Decreto-Lei nº 9.215/1946 não foi produto de deliberação parlamentar ampla nem de debate legislativo representativo. Embora publicado em abril de 1946, sua matriz normativa remonta ao modelo institucional inaugurado pela Constituição de 1937, caracterizado pela concentração de competências legislativas no Poder Executivo.

A análise contemporânea da recepção constitucional não pode ignorar esse contexto. Ainda que a validade originária da norma não esteja em discussão, a compreensão de sua gênese auxilia na identificação dos pressupostos políticos e ideológicos que lhe deram suporte. A Constituição de 1988 representa precisamente a superação desse paradigma, ao consagrar o pluralismo político, a centralidade dos direitos fundamentais e a limitação do poder estatal como elementos estruturantes da ordem democrática.

O Decreto-Lei nº 9.215/1946 não surgiu para combater atividade clandestina. Ao contrário, incidia sobre atividade previamente autorizada e regulada pelo próprio Estado.



ESTADO NOVO

A Constituição de 1937 foi uma das duas únicas constituições brasileiras a admitir a figura do decreto-lei como instrumento legislativo ordinário do Poder Executivo.

² BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, arts. 12, 13 e 180. A Constituição de 1937 concentrava amplos poderes legislativos ao Chefe do Executivo, autorizando a edição de decretos-leis e reduzindo significativamente a participação parlamentar na produção normativa.



LINHA DO TEMPO

1937



Constituição do Estado Novo

1946



Decreto-Lei nº 9.215

1988



Constituição da República

2026



Parecer do IAB



DIREITO | CONSTITUIÇÃO | SOCIEDADE

Seu artigo 3º declarou nulas as concessões, licenças e autorizações anteriormente concedidas para o funcionamento de cassinos e estabelecimentos congêneres, revelando verdadeira ruptura normativa. O Estado deixou de exercer função regulatória para assumir postura proibitiva diante de atividade até então integrada à ordem econômica e turística nacional.

“ O Decreto-Lei nº 9.215/1946 incidiu sobre atividade previamente autorizada e regulada pelo próprio Estado. ”

A justificativa apresentada no próprio preâmbulo do decreto evidencia a matriz ideológica que inspirou a proibição. O texto faz referência à “consciência universal”, à “tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro” e à necessidade de preservação da “moral e dos bons costumes”. Trata-se de fundamentos característicos de uma concepção moralizante do Direito, compatível com o ambiente político da década de 1940, mas profundamente tensionada pelos valores constitucionais contemporâneos.

A Constituição de 1988 promoveu significativa transformação axiológica na ordem jurídica brasileira. Seus fundamentos repousam na dignidade da pessoa humana, na liberdade individual, no pluralismo e na livre iniciativa. A atuação estatal passou a ser limitada por direitos fundamentais e submetida a exigências de proporcionalidade, racionalidade e respeito à autonomia dos indivíduos.

² BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, arts. 12, 13 e 180. A Constituição de 1937 concentrou amplos poderes legislativos no Chefe do Executivo, autorizando a edição de decretos-leis e reduzindo significativamente a participação parlamentar na produção normativa.



Cassino da Urca, década de 1930: jogos de fortuna integravam regularmente a ordem econômica e turística brasileira antes da edição do Decreto-Lei nº 9.215/1946.



Copacabana Palace, década de 1940: cassinos e estabelecimentos congêneres eram parte da vida social e do turismo nacional.

“ A Constituição de 1988 promoveu significativa transformação axiológica na ordem jurídica brasileira. ”



MATRIZ IDEOLÓGICA DA PROIBIÇÃO

O preâmbulo do Decreto-Lei nº 9.215/1946 invocou a “consciência universal”, a “tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro” e a preservação da “moral e dos bons costumes”, fundamentos compatíveis com o ambiente político da década de 1940.



LINHA DO TEMPO

1937



Constituição do Estado Novo

1946



Decreto-Lei nº 9.215

1988



Constituição da República

2026



Parecer do IAB



A RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL E A MUDANÇA DE PARADIGMA

“Nessa perspectiva, a recepção de normas anteriores à Constituição não decorre de mera continuidade formal.”

Nessa perspectiva, a recepção de normas anteriores à Constituição não decorre de mera continuidade formal. O que se exige é compatibilidade material com os princípios e fundamentos da nova ordem constitucional. Foi precisamente essa compreensão que levou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 130, a reconhecer a não recepção da antiga Lei de Imprensa, editada sob contexto político incompatível com o regime democrático inaugurado em 1988.



ADPF 130

Foi precisamente essa compreensão que levou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 130, a reconhecer a não recepção da antiga Lei de Imprensa...

A mesma lógica se projeta sobre o Decreto-Lei nº 9.215/1946. A proibição absoluta da exploração de jogos de azar encontra dificuldade de compatibilização com a centralidade conferida pela Constituição à liberdade individual e à livre iniciativa. Mais do que isso, a justificativa moralizante que sustenta o diploma mostra-se insuficiente para legitimar restrições tão intensas a atividades econômicas e escolhas privadas.

Sob a ótica do Direito Penal, a questão revela dificuldades ainda mais evidentes. A dogmática penal contemporânea, especialmente a partir das formulações desenvolvidas por Roxin (2000), afasta a utilização do sistema penal como instrumento de imposição de concepções morais. A legitimidade da criminalização depende da proteção de bens jurídicos concretos e identificáveis.



Cassino da Urca, década de 1930: ambiente de jogos de fortuna integravam regularmente a ordem econômica e turística brasileira antes da edição do Decreto-Lei nº 9.215/1946.

Em crimes contra a vida, tutela-se a existência humana. Nos delitos patrimoniais, protege-se o patrimônio. Nos crimes ambientais, o bem jurídico é o equilíbrio ecológico. No caso dos jogos de azar, contudo, a simples participação voluntária em atividade fundada na aleatoriedade não produz, por si só, lesão direta a terceiros ou a bem jurídico individualizável.

A fundamentação do Decreto-Lei nº 9.215/1946 não identifica qualquer bem jurídico específico. Ao contrário, apoia-se em conceitos vagos e indeterminados, como moral e bons costumes. Sob essa perspectiva, a proibição apresenta-se daquilo que a doutrina denomina *crimes prima facie lícito*: utilização da norma penal para afirmar valores morais abstratos, sem relação direta com a proteção de interesses juridicamente relevantes.

A incompatibilidade torna-se ainda mais evidente quando observada a realidade regulatória contemporânea. A alegação de que a repressão aos jogos corresponderia a uma exigência da “consciência universal” não encontra respaldo empírico. A ampla maioria das economias desenvolvidas e dos países integrantes do G20 adota modelos regulatórios para atividades fundadas na aleatoriedade, submetendo-as a mecanismos de autorização, fiscalização e tributação.

Em diversas jurisdições, como também se observa na maioria dos países integrantes da Organização Mundial do Turismo – OMT, tais atividades agregam estratégias de desenvolvimento econômico, atração de investimentos, geração de empregos e fortalecimento do turismo. O paradigma proibicionista no cenário internacional não é a proibição, mas a regulação.

A experiência brasileira recente segue essa mesma direção. A edição da Lei nº 13.756/2018 instituiu a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Posteriormente, a Lei nº 14.790/2023 estruturou regime regulatório mais abrangente para o setor, consolidando um modelo baseado em autorização estatal, fiscalização, integridade operacional e proteção dos consumidores.



1937



Constituição do Estado Novo

1946



Decreto-Lei nº 9.215

1988



Constituição da República

2026



Paracar do UAB



REGULAÇÃO, PROPORCIONALIDADE E COERÊNCIA SISTÊMICA



SECRETARIA DE PRÊMIOS E APOSTAS

A criação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda representa etapa adicional desse processo.

A criação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda representa etapa adicional desse processo. Nos últimos anos, o órgão passou a editar normas voltadas à supervisão do mercado regulado, com foco na prevenção à lavagem de dinheiro, na proteção dos usuários, na integridade das operações e na arrecadação de receitas públicas.

Configura-se, assim, inequívoca incoerência sistêmica no ordenamento jurídico. O mesmo Estado que mantém restrições residuais à exploração de determinadas modalidades de jogos é responsável pela exploração direta de loterias, pela autorização de apostas de quota fixa, incluindo jogos de cassino online, e pela instituição de complexo aparato regulatório destinado à supervisão dessas atividades. A coexistência de incentivos, exploração estatal, tributação e fiscalização de determinadas modalidades de jogos com a manutenção de proibições absolutas em segmentos substancialmente semelhantes fragiliza a coerência interna do sistema jurídico. Mais do que mera contradição normativa, trata-se de circunstância que compromete a racionalidade regulatória e enfraquece a legitimidade material da distinção estabelecida pelo ordenamento.

A realidade econômica reforça essa conclusão. A experiência histórica demonstra que a proibição não elimina a atividade social subjacente. Em regra, apenas a desloca para ambientes informais ou clandestinos, reduzindo a capacidade estatal de fiscalização e comprometendo a arrecadação tributária.



Ulysses Guimarães exibe a Constituição da República de 1988, promulgada em 5 de outubro daquele ano, marco da ordem constitucional democrática e cidadã.

“ Configura-se, assim, inequívoca incoerência sistêmica no ordenamento jurídico. ”

Estudos setoriais e análises de mercado indicam que a ausência regulação favorece a atuação de operadores não submetidos ao controle estatal, dificulta a proteção dos consumidores e amplia riscos associados à informalidade. Em contrapartida, modelos regulatórios permitem rastreabilidade financeira, fiscalização institucional e maior segurança jurídica para todos os envolvidos.



LINHA DO
TEMPO

1937



Constituição do
Estado Novo

1946



Decreto-Lei
nº 9.215

1988



Constituição da
República

2026



Parecer do
IAB

PROPORCIONALIDADE, AUTONOMIA PRIVADA E LIBERDADE

Sob a ótica da proporcionalidade, a manutenção de proibições absolutas também suscita questionamentos. Conforme a formulação desenvolvida por Alexy (2008), toda restrição a direitos fundamentais deve satisfazer os requisitos da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

A proibição absoluta mostra-se inadequada porque não elimina a prática social que pretende combater. Tampouco parece necessária, diante da existência de alternativas regulatórias menos gravosas e mais eficientes, amplamente adotadas em outros países. Por fim, seus custos — clandestinidade, perda de arrecadação e enfraquecimento da capacidade estatal de controle — superam os benefícios abstratamente pretendidos.

O debate também envolve a autonomia privada, dimensão essencial da dignidade da pessoa humana. A Constituição de 1988 reconhece aos indivíduos ampla liberdade para conduzir suas escolhas existenciais, desde que não provoquem lesão a direitos de terceiros ou a interesses constitucionalmente protegidos.

A participação em atividades fundadas na aleatoriedade integra, em princípio, o campo das escolhas individuais. A substituição dessa decisão privada por juízo estatal baseado exclusivamente em concepções morais abstratas aproxima-se de modelo paternalista de intervenção incompatível com o pluralismo que caracteriza o Estado Democrático de Direito.



A Constituição não autoriza a imposição de determinada visão moral ou religiosa como parâmetro exclusivo para a limitação de direitos fundamentais.



PROPORCIONALIDADE

Sob a ótica da proporcionalidade, a manutenção de proibições absolutas também suscita questionamentos. Conforme a formulação desenvolvida por Alexy (2008), toda restrição a direitos fundamentais deve satisfazer os requisitos da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

“

O debate envolve a autonomia privada, dimensão essencial da dignidade da pessoa humana.

”

Além disso, a invocação de fundamentos religiosos ou morais como justificativa para restrições de liberdade suscita reflexão sob a perspectiva da laicidade estatal. A Constituição não autoriza a imposição de determinada visão moral ou religiosa como parâmetro exclusivo para a limitação de direitos fundamentais.

O debate atualmente submetido ao Supremo Tribunal Federal transcende a questão específica dos cassinos ou dos jogos de azar. Em última análise, discute-se a capacidade de sobrevivência, sob a ordem constitucional de 1988, de uma proibição concebida em ambiente político, econômico e cultural profundamente distinto daquele que caracteriza a democracia constitucional contemporânea. A resposta a essa indagação possui repercussões que ultrapassam o setor de jogos, projetando-se sobre a própria teoria da recepção constitucional e sobre os limites materiais da intervenção estatal em atividades privadas.



LINHA DO
TEMPO

1937



Constituição do
Estado Novo

1946



Decreto-Lei
nº 9.215

1988



Constituição da
República

2026



Parcer do
IAB



A CONCLUSÃO DO IAB E A TRANSIÇÃO PARA UM MODELO REGULATÓRIO

“ O Decreto-Lei nº 9.215/1946 foi editado em contexto histórico específico e não se harmoniza integralmente com os fundamentos constitucionais da ordem democrática inaugurada em 1988. ”

A conclusão alcançada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros aponta em sentido negativo. O Decreto-Lei nº 9.215/1946 foi editado em contexto histórico específico, inspirado por fundamentos moralizantes e por concepção ampliada de intervenção estatal incompatível com os valores constitucionais contemporâneos.

Mais do que discutir a legalização dos jogos, a questão envolve a reafirmação de princípios estruturantes do constitucionalismo brasileiro: liberdade, pluralismo, livre iniciativa, proporcionalidade e limitação do poder estatal.

Em uma ordem constitucional fundada na dignidade da pessoa humana e na autonomia individual, restrições à liberdade somente se legitimam quando apoiadas em fundamentos constitucionalmente adequados, proporcionais e compatíveis com a realidade social que pretendem disciplinar.

A transição do proibicionismo para a regulação, já observada em diversos países e progressivamente incorporada pelo ordenamento jurídico brasileiro, representa não apenas uma mudança de política pública, mas a afirmação de uma concepção constitucional mais compatível com os valores democráticos consagrados pela Constituição da República.



Supremo Tribunal Federal: guardião da Constituição e dos princípios que estruturam a ordem democrática.



CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO

- ✓ Dignidade da pessoa humana;
- ✓ Livre iniciativa;
- ✓ Autonomia privada;
- ✓ Proporcionalidade;
- ✓ Limitação do poder estatal;
- ✓ Pluralismo democrático.

“

A passagem do proibicionismo para a regulação reflete a evolução do constitucionalismo democrático brasileiro.

”



LINHA DO
TEMPO

1946



Decreto-Lei
nº 9.215

1988



Constituição
da República

2026



Parecer do Instituto
dos Advogados Brasileiros



COMPUTAÇÃO APLICADA E HUMANIDADES DIGITAIS NO BRASIL

Uma Abordagem Histórica e Sociotécnica do NCE/UFRJ

Profª Dra. Angélica Fonseca da Silva Dias

Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais – NCE/UFRJ



Figura 1 – Prédio Histórico do NCE

O Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, fundado em 1967, tornou-se um dos principais centros de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico da história da computação brasileira.

O desenvolvimento da informática no Brasil possui marcos profundamente associados à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde sua criação em 1967, o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) consolidou-se como um dos principais centros de inovação tecnológica do país. Sob a liderança do Major Tércio Pacitti e de uma geração de jovens pesquisadores, o NCE transformou-se em referência nacional na produção de software, hardware e redes computacionais.

O primeiro compilador FORTRAN desenvolvido integralmente no Brasil, o COPPEFOR, nasceu nesse ambiente de experimentação e autonomia tecnológica. O mesmo espírito conduziu posteriormente ao desenvolvimento do Processador de Ponto Flutuante (PPF), dos terminais inteligentes e de diversas soluções pioneiras voltadas à soberania tecnológica brasileira.

Mais do que uma unidade de processamento de dados, o NCE logo se tornou um polo de formação, pesquisa aplicada e inovação institucional. Suas iniciativas alcançaram áreas estratégicas como educação, saúde, telecomunicações, administração universitária e inclusão social.

A filosofia do “aprender fazendo” marcou profundamente a cultura do Núcleo. Essa abordagem prática permitiu a formação de profissionais altamente qualificados e impulsionou projetos que anteciparam demandas futuras da sociedade digital.

Ao longo de quase seis décadas, o NCE demonstrou que a computação pode ser instrumento de transformação social, de construção de conhecimento e de fortalecimento da soberania e do desenvolvimento nacional.

“

O Instituto Tércio Pacitti consolidou um ecossistema transdisciplinar que articula informática, educação, saúde, ciências humanas e inovação tecnológica.”

Figura 3 – DOSVOX



O sistema DOSVOX revolucionou a acessibilidade digital no Brasil, permitindo que milhares de pessoas com deficiência visual utilizassem computadores com autonomia e independência.



DOS PROCESSADORES À INCLUSÃO DIGITAL

A trajetória do NCE demonstra que a computação não se restringe à criação de algoritmos ou equipamentos. Ao longo de quase seis décadas, a instituição desenvolveu soluções para a administração universitária, para a pesquisa científica e para a inclusão social, consolidando um modelo de integração entre ensino, pesquisa e extensão reconhecido nacionalmente.



NA PRÓXIMA PÁGINA

Aprender Fazendo: a criação do PPF, da Embracomp e a construção da autonomia tecnológica brasileira.



APRENDER FAZENDO

A construção da autonomia tecnológica brasileira

Do IBM 1130 à Embracomp: a universidade como laboratório de inovação nacional

A FILOSOFIA DO "APRENDER FAZENDO"

A década de 1970 marcou uma profunda transformação na trajetória do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ. Após consolidar sua atuação em software e serviços computacionais, a instituição passou a investir diretamente na construção de hardware nacional, adotando uma filosofia de trabalho que se tornaria sua principal marca institucional: o "aprender fazendo".

Essa abordagem permitia que estudantes, pesquisadores e jovens engenheiros participassem integralmente do processo de desenvolvimento tecnológico, desde a concepção teórica até a implementação física dos equipamentos. Em um contexto de forte dependência tecnológica externa, essa postura representava uma aposta estratégica na capacidade criativa da engenharia brasileira.

O principal resultado desse esforço foi o desenvolvimento do **Processador de Ponto Flutuante (PPF)**, equipamento capaz de ampliar significativamente o desempenho do computador IBM 1130 instalado na universidade. O projeto demonstrou que era possível desenvolver soluções avançadas utilizando conhecimento produzido localmente.

Figura 4 – Modelagem Matemática e Computacional Aplicada ao Esporte



A tradição de pesquisa aplicada desenvolvida no NCE permanece viva em projetos contemporâneos que integram modelagem matemática, inteligência artificial e análise de sistemas complexos.

DA UNIVERSIDADE PARA A INDÚSTRIA

O sucesso dos protótipos produzidos no NCE impulsionou uma das experiências mais relevantes de transferência tecnológica da universidade brasileira para o setor produtivo. Em 1977, servidores e pesquisadores ligados ao Núcleo fundaram a **Embracomp**, empresa criada para transformar projetos acadêmicos em produtos comercialmente viáveis.

Inicialmente, a empresa produziu o **Terminal de Vídeo TB-110** e posteriormente o **Terminal Inteligente SDE-40**, equipamentos que alcançaram ampla utilização em instituições públicas e privadas.

O empreendimento demonstrou a viabilidade de um modelo nacional de inovação tecnológica baseado na cooperação entre universidade, pesquisa aplicada e indústria.

Mais do que produzir equipamentos, a experiência consolidou uma cultura de empreendedorismo tecnológico que influenciaria gerações de profissionais formados pela UFRJ.

“

“A Embracomp representou uma das primeiras experiências brasileiras de transformação direta da pesquisa universitária em produção tecnológica de escala industrial.”

Terminal de Vídeo TB-110



Primeiro terminal de vídeo produzido pela Embracomp, utilizado em diversas instituições brasileiras.

Terminal Inteligente SDE-40



Equipamento desenvolvido pela Embracomp que incorporava processamento local e ampla capacidade de comunicação.



SOBERANIA TECNOLÓGICA

Ao investir na produção de hardware, o NCE antecipava debates que permanecem atuais. A busca pela autonomia tecnológica nacional envolvia não apenas questões econômicas, mas também a capacidade de produzir conhecimento estratégico, formar especialistas e reduzir dependências externas em setores considerados fundamentais para o desenvolvimento do país.

O trabalho desenvolvido nessa fase contribuiu para a consolidação de competências científicas e industriais que posteriormente alimentariam projetos nacionais de informática, telecomunicações e computação aplicada.

“O lema ‘aprender fazendo’ transformou o NCE em uma escola prática de inovação tecnológica, formando profissionais capazes de projetar, construir e aperfeiçoar soluções computacionais para os desafios brasileiros.”

PRÓXIMA PÁGINA



REDEIRO, INTERNET
E COMPUTAÇÃO
APLICADA

Como o NCE participou da implantação das primeiras redes acadêmicas brasileiras e contribuiu para a chegada da internet ao país.





REDERIO, INTERNET E COMPUTAÇÃO APLICADA

Das primeiras redes acadêmicas às cidades inteligentes: a expansão da computação aplicada no Instituto Tércio Pacitti



Figura 4 – Modelagem Matemática e Computacional Aplicada ao Esporte

A computação aplicada desenvolvida no Instituto Tércio Pacitti integra modelagem matemática, inteligência artificial e análise de sistemas complexos para responder a desafios contemporâneos da sociedade.

O DESAFIO DAS REDES

Nas décadas de 1980 e 1990, o NCE ampliou sua atuação para além da computação local e passou a participar da construção das primeiras grandes infraestruturas de redes acadêmicas brasileiras. A instituição consolidou-se como um dos principais polos de pesquisa em arquitetura de computadores, sistemas operacionais e telecomunicações.

Entre os projetos mais importantes desse período destacou-se o PEGASUS, iniciativa pioneira em processamento paralelo que antecipeu tendências posteriormente consolidadas na supercomputação contemporânea. Paralelamente, pesquisadores do Núcleo desenvolveram o PLURIX, sistema operacional compatível com o padrão Unix e concebido integralmente no Brasil.

Essas experiências demonstravam que a universidade brasileira possuía competência para atuar em áreas estratégicas da informática mundial, contribuindo para a formação de especialistas e para a criação de tecnologias próprias.

A CHEGADA DA INTERNET

Em 1987, o NCE integrou o consórcio responsável pela criação da RedeRio, iniciativa que conectou importantes instituições de pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Participaram desse esforço a UFRJ, a PUC-Rio, o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e outros centros de excelência.

O projeto tornou-se um marco na história das telecomunicações acadêmicas brasileiras. Em 1990, a UFRJ passou a integrar a internet mundial, figurando entre os primeiros nós permanentes da rede internacional no país. Pouco depois, com a inauguração formal da RedeRio, o Centro de Operações da rede foi instalado no próprio NCE.

Durante anos, pesquisadores e técnicos do Instituto administraram conexões internacionais, testaram novas tecnologias de comunicação e colaboraram diretamente com a expansão da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

“

Quando a internet chegou às universidades brasileiras, o NCE já atuava como protagonista na construção das redes acadêmicas nacionais.

DA REDERIO À COMPUTAÇÃO APLICADA

A experiência acumulada em telecomunicações e sistemas distribuídos abriu caminho para novas áreas de pesquisa. O Instituto passou a atuar em projetos ligados à segurança da informação, redes de alta velocidade, computação distribuída, Internet das Coisas (IoT), sistemas ciberfísicos e inteligência artificial aplicada.

Atualmente, essas competências sustentam investigações relacionadas a cidades inteligentes, automação de infraestruturas críticas, análise de dados em larga escala e modelagem matemática de fenômenos complexos.

COMPUTAÇÃO APLICADA NO SÉCULO XXI

	Sistemas Ciberfísicos		Segurança da Informação
	Internet das Coisas (IoT)		Neurociência Computacional
	Inteligência Artificial		Modelagem Matemática e Simulação
	Redes Neurais		Cidades Inteligentes
	Computação Quântica		

Essa diversidade demonstra a permanência da vocação institucional para integrar pesquisa de fronteira e aplicação prática do conhecimento.

“

A história da RedeRio demonstra que a construção da internet brasileira foi também uma história universitária, científica e colaborativa.”

MARCOS DA CONECTIVIDADE



1987
Criação da RedeRio, conectando instituições de pesquisa do Rio de Janeiro.



1990
UFRJ conecta-se à internet mundial, entre os primeiros nós no Brasil.



Anos 1990
Centro de Operações da RedeRio instalado no NCE.



Anos 1990
Atuação ativa na expansão da RNP e colaboração nacional.

PRÓXIMA PÁGINA

HUMANIDADES DIGITAIS, COMPUTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO

DOSVOX, Motrix, MecDaisy, Educação para a Inovação e os novos desafios éticos da tecnologia no século XXI.





— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI UFRJ

REVISTA

Uma comunidade que ultrapassa gerações



ETERNOS ALUNOS

A formatura não encerra sua trajetória universitária. Ela marca o início de uma nova forma de pertencimento.

Desde o ano 2000, o Conselho de Minerva trabalha para fortalecer os laços entre aqueles que fizeram parte da história da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aqueles que continuam a construí-la.

Cada geração recebe um patrimônio intelectual, científico e humano construído ao longo de mais de dois séculos.

Permanecer próximo dessa comunidade é continuar aprendendo, compartilhando experiências e contribuindo para o futuro da Universidade.

PARTICIPE



Conheça as atividades do Conselho de Minerva



Amplie sua rede de contatos profissionais



Preserve a memória da UFRJ



Valorize sua trajetória acadêmica



Fortaleça as futuras gerações de Alumni

PUBLIQUE NA REVISTA ALUMNI UFRJ



— CONSELHO DE MINERVA —
ALUMNI UFRJ
REVISTA

-  Artigos científicos
-  Memórias acadêmicas
-  Ensaios
-  Pesquisas
-  Resenhas
-  Relatos de experiência profissional

Compartilhe seu conhecimento e contribua para a construção da memória intelectual da nossa Universidade.

ENVIE SEU TRABALHO E PARTICIPE!

PARTICIPE DAS ASSOCIAÇÕES DE ANTIGOS ALUNOS



— CONSELHO DE —
MINERVA

-  Eventos
-  Seminários
-  Encontros
-  Conferências
-  Projetos institucionais
-  Programas de integração Alumni

Participe dos encontros, compartilhe experiências e fortaleça os laços que unem as gerações de Alumni da UFRJ.

A UNIVERSIDADE SOMOS TODOS NÓS.

CONSELHO DE MINERVA
Desde 2000 promovendo a integração dos eternos alunos da UFRJ.



www.conselhodeminerva.com.br

MEMÓRIA • CONHECIMENTO • FUTURO





IATE CLUBE DO RIO DE JANEIRO

PALÁCIO UNIVERSITÁRIO DA PRAIA VERMELHA – UFRJ

GRANDE HOMENAGEM AO IATE CLUBE DO RIO DE JANEIRO

Conselho de Minerva reconhece o gesto de solidariedade que preservou parte da memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro após o incêndio do Palácio Universitário da Praia Vermelha.

Em reconhecimento à solidariedade institucional demonstrada durante o incêndio que atingiu o histórico Palácio Universitário da Praia Vermelha, em 28 de março de 2011 quando foi destruída pelas chamas a centenária capela de São Pedro de Alcântara erigida a mando do Imperador D. Pedro II.

A homenagem recorda o gesto do Iate Clube do Rio de Janeiro que prontamente participou do combate às chamas, junto com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, cedendo bombas e a água de sua piscina, contribuindo para a preservação do patrimônio histórico, social e afetivo da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e de todos os seus Antigos Alunos.

“ TRECHO DO DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINERVA
Naquele 28 de março de 2011, quando as chamas avançavam sobre o histórico Palácio Universitário, não ardia apenas madeira secular; ardia um patrimônio simbólico, intelectual e afetivo de gerações.

Foi então que o Iate Clube do Rio de Janeiro demonstrou, na prática, que as grandes instituições se reconhecem não apenas por sua história, mas pela capacidade de servir à sociedade nos momentos decisivos.

A água cedida era solidariedade em estado líquido. O gesto de apoio oferecido à Universidade permanece inscrito na memória institucional da UFRJ e de seus antigos alunos.

”

DIPLOMA DA GRANDE HOMENAGEM



O Conselho de Minerva, fundado por antigos alunos da Universidade do Brasil e da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro acolhe em seus quadros

IATE CLUBE DO RIO DE JANEIRO

que no vigésimo oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e onze participou estrategicamente no combate às chamas que devastaram a Capela no Palácio Universitário da Praia Vermelha.

Rio de Janeiro, aos 11 dias do mês de junho do ano de 2026,
26º ano do Conselho de Minerva.

O Presidente

ENTREGA DA ESCULTURA COMEMORATIVA



Registro da cerimônia de entrega da escultura comemorativa do Conselho de Minerva ao Iate Clube do Rio de Janeiro.

ENTREGA DO DIPLOMA DA GRANDE HOMENAGEM



Momento da entrega do Diploma da Grande Homenagem conferido pelo Conselho de Minerva ao Iate Clube do Rio de Janeiro em reconhecimento ao apoio prestado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.



— CONSELHO DE MINERVA —

ALUMNI UFRJ

REVISTA

**CONSELHO DE MINERVA
JUBILEU DE PRATA – 25 ANOS**

1999–2025

Fundado em 1999 e reunido em sua primeira Assembleia Geral em 19 de março de 2000, o Conselho de Minerva nasceu do ideal de preservar a memória da Universidade do Brasil e fortalecer os vínculos entre gerações de antigos alunos da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**1999–2005**

- Fundação do Conselho de Minerva (1999).
- Primeira Assembleia Geral (2000).
- Banco de Talentos para estágios de estudantes da UFRJ (2000).
- Resgate judicial da marca Universidade do Brasil (2000).
- Homagem à Faculdade Nacional de Direito e à Maternidade Escola (2000).
- Apoio ao Seminário de Alcoolologia (2001).
- Primeiro financiamento de pós-graduação (2001).
- Campanha Sangue para o Hospital Universitário (2002).
- Colóquio Resgate da Identidade Brasileira (2003).
- Publicação “Realidade Brasileira – Visão Universitária” (2004).
- Colóquio França-Brasil (2004).
- Seminário “A função do ensino superior frente a uma sociedade em transformação” (2004).
- Início do projeto “Sede de Saber”, com gravações de antigos alunos (2005).

**2006–2010**

- Edição do livro “Julos de Admissibilidade nos Recursos Especial e Extraordinário” (2006).
- Homagem póstuma a Maria Lesk (2007).
- Série de TV “Sede de Saber” lançada na TV Comunitária do Rio de Janeiro (2008).
- Edição de “Assessoria de Comunicação Visão Universitária” (2008).
- Homagem a Cid Pacheco (2008).
- Homagem à Faculdade Nacional de Medicina em seus 200 anos (2008).
- Primeiro Encontro Internacional do Conselho de Minerva em Buenos Aires (2008).
- Encontro “África no Brasil” com estudantes africanos (2009).
- Comemoração dos 90 anos da UFRJ e 10 anos do Conselho (2010).
- Grande Homagem à Heloisa Buarque de Holanda, depois Heloisa Teixeira (2010).

Preservar a memória da Universidade é preparar o futuro das próximas gerações.

**2011–2020**

- Apoio permanente à preservação da memória universitária.
- Ampliação dos registros audiovisuais de antigos alunos.
- Promoção de seminários, colóquios e publicações acadêmicas.
- Criação do Observatório da Saúde do Rio de Janeiro (2018).
- Realização do Fórum “Sustentabilidade do SUS” (2018).

**2021–2026**

- Realização do I Webcolóquio Internacional do Conselho de Minerva – “Enfrentando os desafios do SARS-CoV-2” com a Tel Aviv University (2021).
- Apoio ao I Colóquio Resgate da Identidade Brasileira, promovido pela AAA Arquitetura (2022).
- Instituição do Colar do Mérito Pedro, O Libertador (2022).
- Criação da Congregação do Colar do Mérito Pedro, O Libertador, reunindo universidades do Brasil e de Portugal (2022).
- Criação da Ordem do Mérito Guriri, para homenagear antigos alunos dedicados ao Conselho (2025).
- Duzentos anos do reconhecimento da independência do Brasil (2025).
- Jubileu de Prata do Conselho de Minerva (2025).
- Lançamento da Revista Alumni UFRJ (2026).
- Grande Homagem ao Iate Clube do Rio de Janeiro (2026).

Ao longo de vinte e cinco anos, promoveu iniciativas voltadas à educação, à cultura, à ciência, à solidariedade, à cidadania e à valorização da tradição universitária brasileira.

Esta é a nossa história, construída por muitos, em favor da Universidade e do Brasil.

**UMA TRADIÇÃO DE
SOLIDARIEDADE**

Em 2002, o Conselho de Minerva promoveu a campanha Sangue para o Hospital Universitário, mobilizando antigos alunos, estudantes e amigos da Universidade em favor da vida.

Vinte e quatro anos depois, permanece o mesmo compromisso:

**CONHECIMENTO,
MEMÓRIA E SERVIÇO
À SOCIEDADE.**



Talvez você não possa!
Talvez você não queira e,
Até mesmo não deva!
Certamente, você não precisa!
Mas se precisar,
Alguém doou.
E o fez no anonimato,
Por um ato solidário,
Salvando vidas,
Às vezes muito,
Muito próximas de você.

**CALOURO,
DOE SANGUE.**



CONSELHO DE MINERVA
Associação dos Antigos Alunos da
Universidade do Brasil e da UFRJ

25 ANOS
PRESERVANDO A MEMÓRIA
UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

www.conselhodeminerva.com.br

